



Jozias Fontana Batista

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 NO
SEGMENTO ÁGUA E SANEAMENTO.**

Santa Maria, RS

2020

Jozias Fontana Batista

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 NO
SEGMENTO ÁGUA E SANEAMENTO.**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Ciências Contábeis,
Área de Ciências Sociais da Universidade Franciscana, como requisito parcial para
obtenção do Grau de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Orientador: Rogerio Hauschildt

Santa Maria, RS

2020

Jozias Fontana Batista

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DA
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 NO
SEGMENTO ÁGUA E SANEAMENTO.**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, Área de Ciências Sociais da Universidade Franciscana, como requisito parcial para obtenção do Grau de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Rogério Hauschildt - Orientador

Jaqueline Carla Guse

Bruna Faccin Camargo

Aprovado em de de

RESUMO

A contabilidade tem passado por diversas mudanças para adequar-se à forma de divulgação das informações financeiras das entidades a fim de atender às Normas Internacionais de Contabilidade. Devido a transformações políticas, econômicas e sociais, antigos padrões que respondiam apenas aos interesses dos acionistas requerem alterações para atender também aos anseios da sociedade em relação às instituições. Essas mudanças tem contribuído para que as empresas recorram a novas estratégias, para buscar continuidade no mercado. Uma delas está relacionada à divulgação da responsabilidade social. Sendo assim, percebe-se a preocupação das entidades com relação à transparência, à responsabilidade social e à governança corporativa. Dentro desse tema, insere-se a demonstração de valor adicionado. Este estudo analisa de que forma as empresas do segmento utilidade pública do setor saneamento listadas na B3 fazem a distribuição da riqueza gerada por meio da análise da demonstração do valor adicionado, estabelecendo uma comparação dentro do setor entre os segmentos que o compõem. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, em que foram examinadas as DVAs referentes aos exercícios 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 das empresas que compuseram a amostra. Os resultados que o valor adicionado a distribuir representa em média 53% das receitas auferidas e a distribuição dessa riqueza nas empresas públicas é mais expressiva nas despesas com pessoal enquanto que nas empresas privadas se evidencia na remuneração de capitais de terceiros. Tal evento não pode ser atribuído apenas à natureza do negócio das empresas; mas também pelas diferenças de políticas corporativa entre as companhias.

“Palavras-chave”. Demonstração de Valor Adicionado. Contabilidade. Distribuição do valor adicionado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Demonstração do Valor Adicionado.....	8
2.2 Legislação da DVA	9
2.2.1 Estrutura da DVA	10
2.3 Estudos Anteriores sobre a DVA	13
3 METODOLOGIA.....	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
4.1 Breve histórico das empresas de saneamento	18
4.1.1 Casan – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.....	18
4.1.2 Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais	19
4.1.3 Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	19
4.1.4 Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná.....	19
4.1.5 Igua Saneamento.....	20
4.1.6 Conasa Sanesalto	20
4.2 Análise dos insumos adquiridos de terceiros e retenções nas DVAs.....	21
4.3 Análise da riqueza distribuída nas DVAs	28
5 CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	41
APENDICE	46
ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos a contabilidade no Brasil vem se adaptando às alterações motivadas pela globalização de empresas no mundo todo, essas mudanças trouxeram consigo a necessidade de internacionalização das normas contábeis brasileiras às práticas já consolidadas e utilizadas nos maiores centros organizacionais do mundo, como Estados Unidos e nos países da Europa. Nesse contexto o enfoque das Demonstrações Contábeis passou a não ser somente financeiro, mas também socioeconômico devido a necessidade de engajamento ambiental e social das organizações empresariais.

Nesse sentido “é dever das organizações comunicar com exatidão os dados da sua atividade a fim de que a comunidade em que ela está inserida possa avaliar, compreender e até mesmo criticar sua atuação se for necessário” (TINOCO, 2007, p.61).

Sendo assim, a contabilidade tem assumido cada vez mais um papel crucial para a continuidade das instituições. Conforme Marion (2009), a contabilidade é o grande instrumento no auxílio à tomada de decisões das organizações. É ela a responsável por coletar os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados. Com base nas informações que podem ser extraídas dos demonstrativos contábeis, é possível verificar a situação em que se encontra determinada empresa.

Neste contexto está inserida a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que de acordo com Iudícibus (2013, p. 583) diz que “a DVA está fundamentada em conceito macroeconômico, buscando apresentar, sem dupla contagem, a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB)”. O PIB é formado pelo somatório, em valores monetários, de toda riqueza produzida por empresas brasileiras que atuam dentro e fora do país. Para Azevedo (2009, p. 143), “o PIB é um dos mais importantes indicadores utilizados na macroeconomia, com a finalidade de mensurar a atividade econômica de uma região e é medido em determinado espaço de tempo, normalmente um ano civil”.

A DVA é a demonstração que busca evidenciar, por exemplo, a riqueza produzida pela empresa e destinada ao Governo por meio do item - Taxas, impostos e contribuições - sendo possível analisar a carga tributária que cada empresa está submetida em cada setor da economia brasileira. Segundo a Lei das S.As, 6404/76 (BRASIL, 1976), que sofreu alterações pela Lei 11638/07 (BRASIL, 2007), ressalta em seu artigo 176, que todas as empresas de capital aberto deverão, obrigatoriamente, apresentar a Demonstração do Valor Adicionado. Já no artigo 188, inciso II, destaca que deve constar na DVA o valor da riqueza produzida pela companhia e a

distribuição, em percentuais e valores monetários, para os elementos que contribuíram na geração desta riqueza.

Pela DVA é possível avaliar, melhor, o conjunto de empresas que formam uma sociedade. A riqueza gerada por elas, calculada pela DVA, constitui uma parte significativa de toda riqueza gerada em um país. Por meio da DVA, também, é possível avaliar e demonstrar como essa riqueza foi distribuída para todos que financiaram e intermediaram, direta ou indiretamente, sua produção (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

O presente trabalho busca evidenciar a importância da Demonstração do Valor Adicionado como ferramenta informativa para os usuários da contabilidade, acionistas e demais *stakeholders*, para atingir este objetivo será realizada uma análise de como está estruturada a Demonstração do Valor Adicionado em todas as Companhias do segmento de Água e Saneamento que possuem ações negociadas na B3, tanto do setor público como do privado entre os anos de 2015 a 2019.

Diante do exposto, a questão problema deste estudo é: Com relevante importância em questões sociais e de bem da população brasileira, de que forma é distribuída a riqueza obtida e produzida, demonstrada na DVA das empresas listadas na B3 no segmento Água e Saneamento nos últimos cinco anos?

Com o intuito de atingir o objetivo geral e a sua complementação de acordo com as etapas consecutivas, os objetivos específicos deste estudo serão o de verificar, comparar e interpretar os indicadores evidenciados na Demonstração do Valor Adicionado e como se dá a distribuição da riqueza para: Remuneração de pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; Remuneração de capitais de terceiros e remuneração do capital próprio. Identificar para qual componente da Demonstração do Valor Adicionado está sendo destinada a maior parte da riqueza obtida no período de 2015 a 2019.

O presente estudo justifica-se pelo fato de dar continuidade aos estudos realizados anteriormente por outros pesquisadores com referência à distribuição do valor adicionado. Também, contribui para verificar a distribuição de companhias do segmento Água e Saneamento.

Em pesquisas sobre o tema, muitas são as incidências de estudos sobre DVA. Verifica-se a ocorrência de análises referentes à geração e distribuição da riqueza em determinado setor ou região definida ou, ainda, comparativo entre empresas estatais e privadas, como é o caso deste trabalho. Também há evolução histórica do demonstrativo contábil em estudo, responsabilidade social relacionada à DVA, análise da relevância das informações disponibilizadas, proposta de modelo de DVA.

A DVA vem se mostrando uma ferramenta gerencial determinante para a análise de realização de investimentos em uma determinada região, pois nela estão contidas informações estratégicas importantes que não estão evidenciadas em outras demonstrações (NBC TG 09, item 12). Portanto, a demonstração do valor adicionado, que além de ter um papel socioeconômico; apresenta-se de grande importância, não apenas para a medir a riqueza produzida para os gestores, mas também para usuários internos e externos; e ainda proporciona um amplo campo de pesquisa a ser explorado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresentam-se os referenciais necessários ao total entendimento de como foi realizada a pesquisa, como conceituação e aspectos legais que envolvem a DVA. Num segundo momento, vão ser apresentados estudos já realizados sobre o tema, com intuito de enriquecer a pesquisa, alertar para sua importância e possibilitar uma comparação entre os dados coletados.

2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A DVA é uma demonstração inserida no balanço social e tem como papel mostrar de que forma foi gerada a riqueza das empresas e como foi distribuída. Segundo Marion (2010), a DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu e de que forma se deu a distribuição (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) dessa riqueza gerada e quanto permaneceu retido na empresa.

De acordo com Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) referem-se à importância da DVA na estrutura do Balanço Social como fundamental. Isso se deve por tal instrumento oferecer a oportunidade do surgimento de diversos indicadores para análises variadas, tanto em questões internas das empresas (para fins gerenciais) quanto nas externas.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 diz que a DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos. Ela busca apresentar o quanto uma entidade contribui para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, ela apresenta o quanto uma instituição agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

Iudícibus et al. (2013) referem-se à DVA como uma demonstração contábil que tem por objetivo principal informar o montante da riqueza criada de uma entidade e de como se deu a sua distribuição. Nesse raciocínio, ela se diferenciaria da demonstração de resultado do exercício, a qual tem outra forma de ser elaborada e apresentada.

Para Marion (2009), o valor adicionado ou valor agregado tenta evidenciar a quem as empresas estão canalizando a renda obtida. Ele exemplifica da seguinte forma: o valor que uma instituição acrescenta por meio de sua atividade seria um “bolo”; ora, o valor adicionado identifica a quem estão sendo destinadas as fatias do bolo e em que proporções.

Destarte, Miranda et al. (2002) tratam da diferenciação entre a contabilidade e a economia no conceito de valor adicionado. Para os economistas, o valor adicionado é mensurado pelas

atividades econômicas de um país, por meio do seu Produto Nacional. Sendo assim, ele é medido em função da produção. Na contabilidade, valor adicionado é mais restrito, e em função das vendas.

2.2 Legislação sobre a DVA

Segundo Iudícibus et al. (2013), a demonstração do valor adicionado não era obrigatória para as empresas no Brasil até a promulgação da Lei n. 11.638/07 (BRASIL, 2007), que trouxe alterações na Lei 6.404/76. Dentre elas, tornou obrigatória para companhias abertas a elaboração e divulgação da DVA como parte das demonstrações contábeis a serem divulgadas ao final de cada exercício. Conforme a NBC TG 09, a DVA deverá ser apresentada se exigida legalmente ou por algum órgão regulador, ou, ainda, pode ser apresentada voluntariamente. Antes dessa alteração na legislação, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) incentivava a sua elaboração e divulgação por meio do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/nº001/2007 e Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/nº001/2008. Por conseguinte, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabeleceu procedimentos para evidenciação das informações a serem divulgadas por intermédio da NBC TG 09. Iudícibus et al. (2013) referem a não obrigatoriedade da publicação da DVA nas normas internacionais de contabilidade, ou seja, não faz parte das demonstrações obrigatórias. Apesar disso, o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a Organização das Nações Unidas (ONU) incentivam a sua elaboração e divulgação.

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I – Balanço patrimonial;

II – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;

III – Demonstração do resultado do exercício; e

IV – Demonstração dos fluxos de caixa; e V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (BRASIL, 2007)

A NBC TG 09 indica que as entidades sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades em que houver legislação que assim determine devem elaborar a demonstração do valor adicionado e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social.

Cabe à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 a atribuição de reger sobre a elaboração da DVA. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução n. 1055/2005. Ele tem como

incumbência estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos relacionados à contabilidade. O CPC elabora o pronunciamento, porém a aprovação se dá por meio da entidade reguladora brasileira (Conselho Federal de Contabilidade – CFC). Portanto, por meio de resolução, o CFC faz o CPC virar NBC TG. O CPC 09 (2008) é o pronunciamento relacionado à demonstração de valor adicionado.

2.2.1 Estrutura da DVA

Conforme mencionado, a DVA apresenta o valor agregado que foi gerado pela entidade e sua distribuição entre os elementos que contribuem para sua geração.

Sendo assim, a entidade pode incluir ou detalhar outras informações, quando de um item ou somatório desses itens similares for de tal importância que visualizando os mesmos separadamente auxilie na apresentação mais adequada da demonstração.

Conforme determina o Conselho Federal de Contabilidade, as entidades comerciais, industriais e prestadoras de serviços devem utilizar o Modelo I, sendo aplicável para empresas em geral. Entretanto, para as empresas com atividades específicas, como por exemplo: instituições financeiras bancárias e de seguros, essas devem fazer uso dos modelos específicos II e III, conforme Norma Resolução CFC nº 1.138/2008.

Os componentes mínimos da estrutura da DVA para as entidades prestadoras de serviços comerciais e industriais estão apresentados a seguir:

- A receita bruta e as outras receitas não operacionais;
- Os insumos adquiridos de terceiros;
- Os valores retidos pela entidade;
- Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;
- Valor total adicionado a distribuir; e
- Distribuição do valor adicionado. (AZEVEDO, 2009, p.143)

A NBC TG 09 traz três modelos de DVA: o primeiro, para empresas em geral, que é a estrutura que se aplica a Companhias de Saneamento Públicas/Estaduais e às Empresas de Saneamento de capital privado; a segunda estrutura é aplicável às instituições financeiras e bancárias; já a terceira estrutura é utilizada para empresas seguradoras, através de modelo sugerido pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. No presente trabalho optou-se pelo Modelo I; a estrutura da Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral, por ser objeto do estudo e as empresas estarem enquadradas nessa estrutura. Abaixo no Quadro 1 segue a estrutura completa da Demonstração do Valor Adicionado.

Quadro 1: Modelo I – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 - RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S.		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09

Segundo a NBC TG 09, a evidenciação da riqueza gerada é composta pelos seguintes elementos:

Receitas: São as vendas de mercadorias, produtos e serviços prestados (excluídos devoluções, abatimentos e descontos comerciais) inclusos valores dos impostos incidentes sobre essas operações (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins). A provisão para créditos de liquidação duvidosa (tanto constituição quanto reversão) e suas respectivas despesas são incluídas nesse grupo. Outras receitas, como ganhos de avaliação dos ativos e passivos a valor justo, resultados de venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, são acrescentadas nas Receitas.

Insumos adquiridos de terceiros: Compreende os custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados que foram adquiridos e consumidos no período. Assim como nas receitas, os tributos incidentes devem ser incluídos, sendo recuperáveis ou não na compra dos itens vendidos. Os gastos com materiais, energia e serviços adquiridos de terceiros que foram consumidos no período também são evidenciados nesse grupo.

Depreciação, amortização e exaustão: Reflete o consumo de ativos imobilizados e intangíveis contabilizados no período.

Valor adicionado recebido em transferência: Evidencia valores recebidos de terceiros, que não foram gerados internamente (Resultado de equivalência patrimonial, Receitas Financeiras e Outras Receitas).

A diferença entre as Receitas e os Insumos é o Valor Adicionado Bruto. Deduzindo dessa diferença o valor de Depreciação, Amortização e Exaustão, é obtido o Valor Adicionado Líquido pela Entidade. Esse valor é a riqueza gerada pela atividade principal da empresa, pois desconsidera os valores recebidos em transferências, que decorrem de resultados externos. A combinação de todos os elementos (Receitas, Insumos, Depreciação, Amortização e Exaustão e Valor recebido em transferências), resulta no Valor Adicionado Total a Distribuir. Esse valor adicionado pode ser distribuído a quatro esferas: ao pessoal, ao governo e em forma de remuneração a capitais de terceiros e capitais próprios, conforme modelo.

Pessoal: Engloba os valores distribuídos aos funcionários das cooperativas, que são subdivididos em Remuneração Direta, na forma de salário, adicionais de salário, 13º salário e férias; Benefícios, como vale-transporte, vale-alimentação, seguro de saúde, etc.; e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que tem a empresa como intermediária na arrecadação. O FGTS é considerado como riqueza distribuída ao funcionário porque retorna integralmente ao colaborador. Os gastos com pessoal são considerados despesas na

Demonstração das Sobras e Perdas, entretanto são diferentemente tratados na DVA. A mão de obra é tratada como fator de produção remunerado que agrega valor à produção.

Impostos, taxas e contribuições: Compreende valores devidos ao Governo. São computados tributos de esfera federal, estadual e municipal. O governo é considerado membro participativo da criação da riqueza, visto que a estrutura social, política e econômica propicia operações da empresa.

Remuneração de capitais de terceiros: São os valores pagos na forma de juros (despesas financeiras), aluguéis, *royalties*, direitos autorais entre outros. São valores compensatórios pelo uso de recursos externo, como forma de remunerar o dinheiro emprestado, o investimento na empresa.

Remuneração de capitais próprios: É o valor residual, que remunera o capital próprio, o Patrimônio Líquido da cooperativa. Ele pode ficar retido na cooperativa na forma de lucros/prejuízos do exercício ou ser distribuído aos sócios (cooperados). Nessa última possibilidade, pode ser distribuído na forma de Juros sobre Capital Próprio ou Dividendos.

O Valor Adicionado Total a Distribuir deve ser integralmente distribuído e evidenciado na DVA. Cada empresa determina a forma e o percentual, conforme suas necessidades. O Valor de Lucros Retidos (ou prejuízos) deve ser igual ao lucro apurado na Demonstração do Resultado do Exercício.

As informações constantes na DVA são importantes para:

Analisar a capacidade de geração de valor e a forma de distribuição das riquezas de cada empresa; Permitir a análise do desempenho econômico da empresa; auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais; fornece informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo; auxiliar a empresa a informar sua contribuição na formação da riqueza à região, estado, país etc. em que se encontra instalada (Iudícibus et al. 2013).

2.3 Estudos Anteriores sobre a DVA

Foram realizadas pesquisas referentes à demonstração de valor adicionado nos sítios das principais revistas de contabilidade no Brasil. Dentre elas, podem ser citadas Contabilidade & Finanças da FEA/USP, Revista Universo Contábil – FURB, Contabilidade Vista & Revista, Enfoque: Reflexão Contábil, REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Pensar Contábil, Revista ConTexto, Revista Brasileira de Contabilidade, Revista de Contabilidade do Mestrado da UERJ, entre outras. Foram encontrados os seguintes trabalhos:

Welter, Oberger e Vanzella (2005) analisaram a capacidade de geração e distribuição de riqueza de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico. Os autores concluíram que a maior parte da riqueza se destina para o governo, para os funcionários e para capital próprio, nessa sequência. Também, ressalta-se a importância, por intermédio dos índices gerados da DVA, da importância da cooperativa no contexto da comunidade em que está inserida.

Santos, Chan e Silva (2007) buscaram identificar os possíveis impactos da privatização sobre a forma de distribuição de riqueza das empresas por meio da DVA. Foram verificadas modificações na geração da riqueza e na distribuição. Concluíram os autores que a demonstração de valor adicionado poderá ser um forte instrumento para a identificação de questões relacionadas à distribuição de renda.

Tinoco e Moraes (2008) averiguaram a DVA como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. Verificaram que a demonstração de valor adicionado é uma importante ferramenta para demonstrar a geração e distribuição da riqueza. Na DVA, evidencia-se de forma transparente o valor gerado pelas corporações. Os autores afirmam que ela tem poder de evidenciação superior a todas as outras demonstrações contábeis e financeiras.

Szymczak e Leão (2009) objetivaram evidenciar a DVA, no contexto da evolução da contabilidade, como indicador da contabilidade social. Concluíram que o uso gradual da DVA gera muitos benefícios aos diversos interessados nas entidades.

Carmo et al. (2011) analisaram a DVA e a evidenciação de informações adicionais nas empresas brasileiras de capital aberto do setor sucroalcooleiro. Constataram que há uma lacuna entre a obrigatoriedade da publicação da DVA e a divulgação de informações adicionais que facilitem a sua compreensão.

Taiarol, Raimundini e Behr (2011) procuraram analisar e comparar a evolução do investimento social interno, valor adicionado gerado e receita operacional e líquida, bem como verificar se os investimentos sociais internos contribuíram para o aumento da receita e do valor adicionado das organizações bancárias brasileiras entre os anos 2000 e 2009. O resultado da pesquisa mostrou que os gastos com pessoal é um dos elementos capazes de aumentar as receitas e assim gerar maior riqueza para as organizações bancárias.

Follmann, Paiva e Soares (2011) analisaram a distribuição setorial do valor adicionado nas empresas do Novo Mercado da B3 nos anos de 2008 e 2009. Os resultados levaram a uma indefinição quanto ao padrão de distribuição setorial. Isso ocorreu em virtude de diferenciação em alguns itens componentes da DVA entre um ano e outro.

Costa, Guimarães e Mello (2013) buscaram apresentar alguns dos benefícios advindos da compulsoriedade da publicação da DVA. Concluíram que a publicação das DVAs pelas companhias de capital aberto no Brasil constituiu-se de um importante avaliador da distribuição da riqueza das empresas para a sociedade, possibilitando a comparação dos indicadores entre empresas do mesmo ramo, dando auxílio à mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) e gerando um aumento das informações das sociedades à disposição dos seus usuários e interessados.

Almeida e Silva (2014) realizaram um estudo para verificar a qualidade das DVAs, do ponto de vista da comparabilidade, referentes ao exercício de 2011, elaboradas pelas companhias abertas industriais, comerciais e prestadoras de serviços. Constataram que, em relação à comparabilidade, à confiabilidade e à compreensibilidade de suas informações, ainda pode haver melhorias. Isso permitiria análises comparativas mais profundas e confiáveis a respeito da geração e distribuição do valor gerado pelas empresas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste estudo foi classificada quanto aos seguintes aspectos: de acordo com seus objetivos; pela forma de abordagem do problema; e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é de cunho descritivo. Isso se deve ao fato de o trabalho fazer a comparação entre o que as empresas que serão analisadas divulgam em suas demonstrações contábeis, notas explicativas e o que é normatizado pelos órgãos competentes. Gil (1995, p. 45) menciona que o objetivo primordial desse tipo de pesquisa é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Para Andrade (2001), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los; o pesquisador não pode interferir neles.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61-62),

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

Na tipologia de pesquisa quanto à abordagem do problema, optou-se pela pesquisa qualitativa. Segundo Beuren et al. (2010), a pesquisa qualitativa tem como objetivo destacar as características não observadas por meio de um estudo quantitativo (este é mais superficial em comparação ao qualitativo). Ainda para os autores, abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica documentação indireta. Os dados foram levantados a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas encerradas nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, disponibilizadas no site da Comissão de Valores Mobiliários. Foram considerados os cinco anos na análise das DVAs.

Quanto aos procedimentos, optou-se pela pesquisa bibliográfica. Cervo, Bervian e Silva (2007) dizem que a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de publicações já realizadas em artigos, livros, dissertações e teses. Ainda, afirmam que ela pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental.

Sendo assim, com o intuito de compor o presente trabalho, foi realizada uma pesquisa no site da Comissão de Valores Mobiliários, de onde foram exportadas através de um software,

denominado “EmpresasNet”, disponibilizado pela própria CVM as Demonstrações Financeiras Padronizadas de todas as empresas do setor água e saneamento listadas na B3 quem fizeram parte deste estudo. As empresas que fazem parte de estudo são: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Igua Saneamento e Conasa Sanesalto.

As informações foram compiladas no *software Microsoft Excel*, de onde foram extraídos os dados necessários para realização das análises e os gráficos utilizados nesta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente neste tópico demonstram-se os resultados, discussões e os cálculos realizados para cada uma das empresas constantes na amostra, que viabilizaram o objetivo proposto. Num segundo momento, apresentam-se os resultados apurados de maneira global, traçando-se uma comparação e evidenciando as situações representativas da amostra como um todo.

4.1 Breve histórico das empresas de saneamento

Estão listadas no site da bolsa de valores de São Paulo B3 (2019) 348 (trezentas e quarenta e oito) empresas. Destas, constatou-se que 6 (seis) pertencem ao setor de utilidade pública – Água e Saneamento. Sendo que 4 (quatro) delas possuem como controlador o poder público (Estados) e outras 2 (duas) são de capital totalmente privado.

Para a coleta de dados, foi realizada pesquisa no site da comissão de valores mobiliários. Os dados foram levantados a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas encerradas nos anos de 2015 a 2019, disponibilizadas no site da CVM, portanto sendo considerados os últimos cinco anos na análise das DVAs. Nos tópicos seguintes será apresentado um breve histórico de cada uma das empresas selecionadas nesta amostra, afim de ter uma melhor percepção de sua atuação no território nacional. Além de apresentar a visão do autor sobre o que foi concluído com resultados apresentados.

4.1.1 Casan – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto controlada pelo governo do Estado de Santa Catarina, fundada no ano de 1970, que atua como concessionária do setor de saneamento na região Sul do Brasil. Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 195 catarinenses (66% dos municípios catarinenses) e 1 paranaense. A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas. Ao final do exercício 2019 a Companhia apresentou receita operacional no

montante de R\$ 1.209.976 (valor expresso em milhares). Informações pesquisadas no sitio da Casan.

4.1.2 Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) é uma sociedade de economia mista fundada no ano de 1963, controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais e sua sede está localizada no município de Belo Horizonte. Está entre as maiores empresas de saneamento do País, possui 636 concessões para a prestação dos serviços de abastecimento de água no Estado de Minas Gerais, atendendo a 11,5 milhões de pessoas por meio de 5,2 milhões de economias (ligações de água). Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, o número de concessões é de 302. São atendidos 7,8 milhões de pessoas com serviços de esgoto, por meio de 3,5 milhões de economias. Ao final do exercício 2019 a Companhia apresentou receita operacional no montante de R\$ 5.559.309 (valor expresso em milhares). Informações pesquisadas no sitio da Copasa.

4.1.3 Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é uma sociedade anônima de economia mista fundada em 1973 controlada pelo governo do Estado de São Paulo e atualmente é responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de mais de 370 municípios do Estado de São Paulo.

É considerada uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida. São cerca de 27,9 milhões de pessoas abastecidas com água e 22,8 milhões de pessoas com coleta de esgotos, e possui cerca de 15.000 funcionários. Além das ações comercializadas na Bolsa de Valores do Brasil a Sabesp é a única companhia de saneamento brasileira com ações negociadas e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADR Nível III), sob o código SBS. Ao final do exercício 2019 a Companhia apresentou receita operacional no montante de R\$ 19.036.546 (valor expresso em milhares). Informações pesquisadas no sitio da Sabesp.

4.1.4 Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) fundada em 1963 é uma sociedade anônima de economia mista e capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, que atua na região Sul do Brasil, responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e a Porto União, em Santa Catarina. Entre os paranaenses abastecidos pela Sanepar, 100% recebem água tratada, é maior que a média nacional, que atualmente está em cerca de 83,6% de brasileiros abastecidos; a coleta de esgoto é de 74,2% no Paraná, acima do índice nacional de 53,2%; a Sanepar trata 100% do esgoto coletado contra 46,3% da média de tratamento do país segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. A companhia possui cerca de 7.200 funcionários. Ao final do exercício 2019 a Sanepar apresentou receita operacional no montante de R\$ 4.999.665 (valor expresso em milhares). Informações pesquisadas no sitio da Sanepar.

4.1.5 Igua Saneamento

Fundada em 2006, a Igua Saneamento é uma sociedade anônima de capital aberto privado que possui como controlador a Igua Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atualmente está presente em 37 municípios de 5 Estados diferentes - Alagoas, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina - com o objetivo de atuar no saneamento às populações atendidas e a universalizar os serviços de água e esgoto. São 14 concessões e quatro parcerias público-privadas (PPPs). Ao final do exercício 2019 a empresa apresentou receita operacional no montante de R\$ 961.911 (valor expresso em milhares). Informações pesquisadas no sitio da Igua Saneamento.

4.1.6 Conasa Sanesalto

A Conasa Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto privado fundada em 2007, subsidiária da Conasa Infraestrutura S.A, empresa que detém o controle acionário da Sanesalto, e foi constituída para ser um dos agentes privados no setor de saneamento do Brasil. Com foco em saneamento básico e tratamento de efluentes industriais, a Companhia expandiu sua atuação para as áreas de eficiência energética e rodovias.

A empresa foi fundada na cidade de Salto – SP, e atualmente é responsável pela gestão dos sistemas de água e esgoto em municípios dos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo, atendendo a cerca de 450 mil de pessoas. Em soluções ambientais, atende a mais de 200 empresas nos estados de São Paulo e Santa Catarina com processos de alta tecnologia para

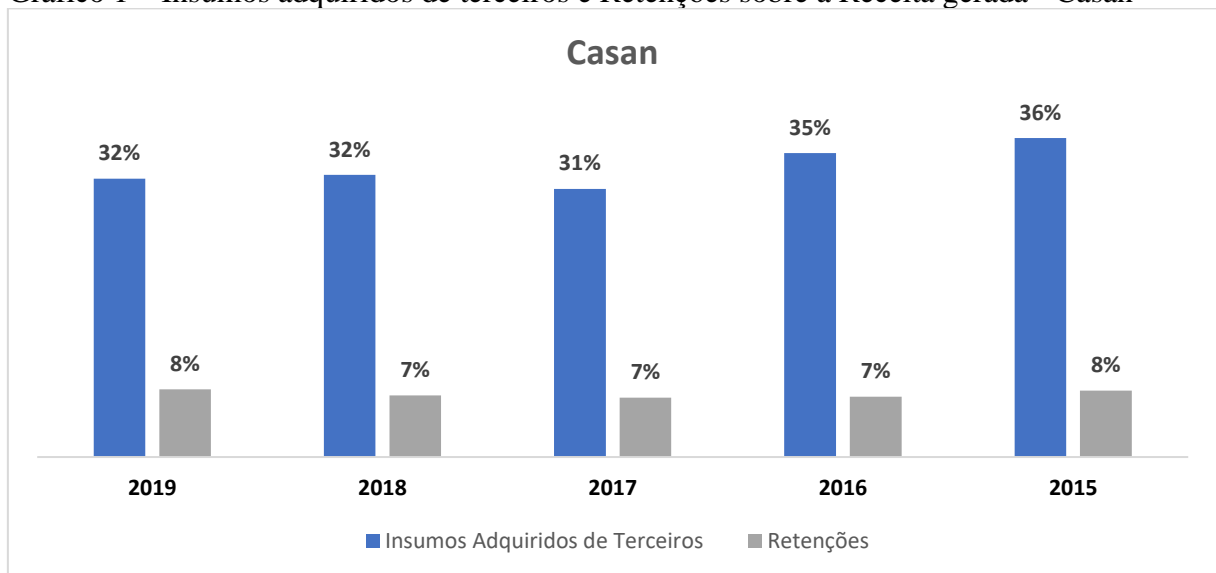
tratamento de ampla gama de efluentes industriais. Ao final do exercício 2019 a empresa apresentou receita operacional no montante de R\$ 25.191 (valor expresso em milhares). Informações pesquisadas no sitio da Copasa Sanesalto.

4.2 Análise dos insumos adquiridos de terceiros e retenções nas DVAs

Neste subitem foram analisados os principais dados contidos nas DVAs com relação a deduções da receita produzida das empresas contidas na amostra neste estudo. Nos gráficos apresentados a seguir vão ser demonstradas as porcentagens deduzidas da receita com venda de produtos, serviços e mercadorias das empresas, destinados aos custos que as empresas tem, tais como: Insumos Adquiridos de Terceiros, que englobam os custos de produção, de serviços, com materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros, quando houver, e de Retenções, que incluem depreciação, amortização e exaustão. Importante esclarecer que esses valores são deduzidos da Receita para que se possa chegar ao valor adicionado a distribuir.

O gráfico 1 apresenta os percentuais da receita destinados aos Insumos adquiridos de terceiros e Retenções da Companhia Casan durante o período analisado.

Gráfico 1 – Insumos adquiridos de terceiros e Retenções sobre a Receita gerada - Casan



Fonte: Dados da pesquisa

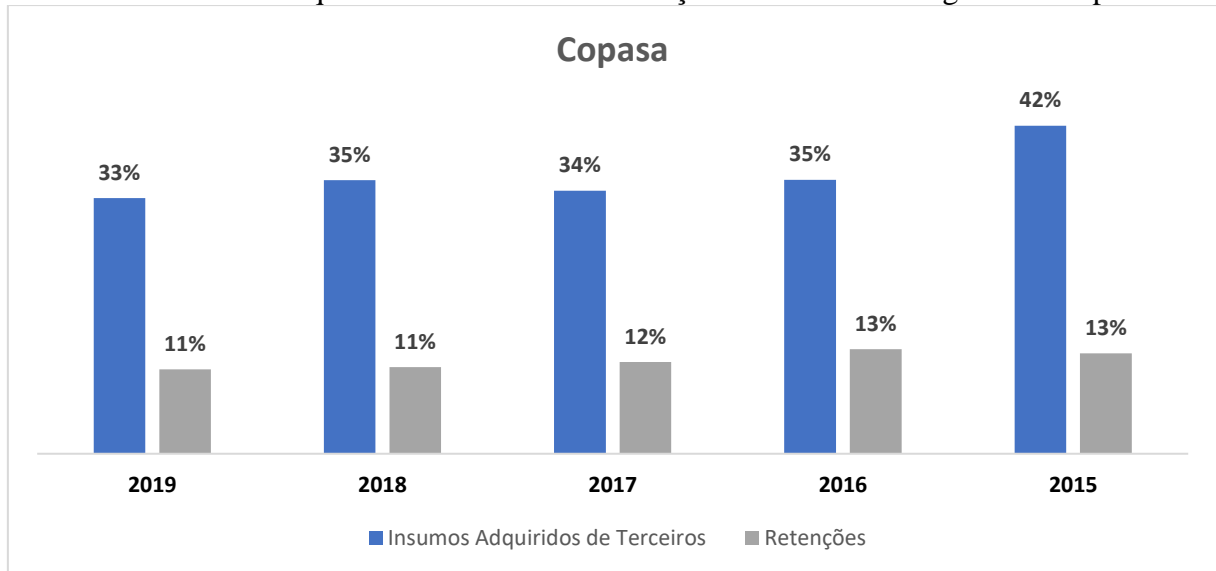
A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), durante o período pesquisado demonstrou certo equilíbrio nas deduções de sua receita, o maior valor apresentado no item insumos adquiridos de terceiros foi em 2015, quando a companhia destinou 36% de sua

receita para cobrir custos de produção, de serviços, com materiais, energia elétrica e serviços de terceiros, em 2016 esse percentual foi levemente menos, com 35% do total da receita. Nos anos seguintes houve estabilização de percentuais, com 31%, 32% e 32% novamente, em 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

O item Retenções, que engloba os valores relativos à depreciação, amortização e exaustão, apresentou porcentagens praticamente estáticas, variando entre 8% e 7% nos anos pesquisados.

O gráfico 2 apresenta em percentuais os valores destinados da receita da companhia de saneamento de Minas Gerais para Insumos adquiridos de terceiros e Retenções da durante o período analisado.

Gráfico 2 – Insumos adquiridos de terceiros e Retenções sobre a Receita gerada - Copasa



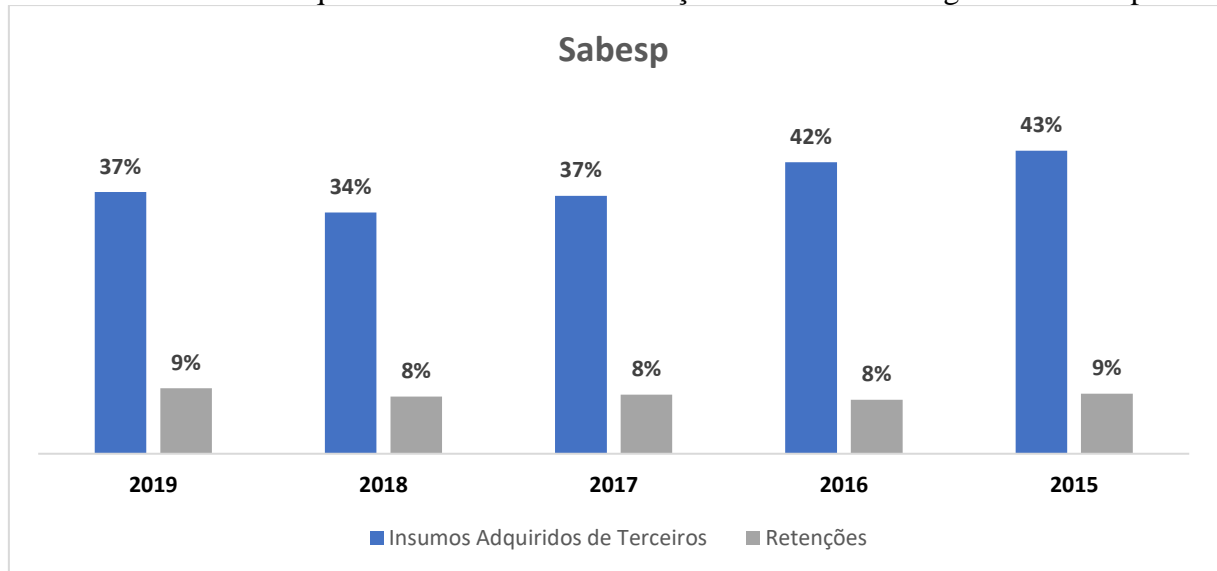
Fonte: Dados da pesquisa

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), apresentou durante o período pesquisado equilíbrio nas deduções de sua receita, com exceção do primeiro ano analisado. Em 2015 a companhia destinou 42% da receita auferida ao item insumos adquiridos de terceiros, foi um ano atípico se comparado aos subsequentes, em 2016 o item representou 35% da receita, com leve queda de 1% em 2017, quando a companhia destinou 34% de sua receita para cobrir custos de produção, de serviços, com materiais, energia elétrica e serviços de terceiros, em 2018 esse percentual voltou ao patamar de 35% do total da receita. Em 2019 a companhia destinou 33% de sua receita para insumos e adquiridos de terceiros.

O item Retenções, que conglomerava os valores de depreciação, amortização e exaustão, apresentou porcentagens muito parecidas nos anos analisados, iniciando em 2015 com 13% e mantendo o mesmo percentual em 2016, já em 2017 houve leve recuo, destinando 12% a Retenções, em 2018 percebeu-se um novo recuo de 1% na destinação de receita para cobrir os valores de redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fechando em 11%, mesmo índice visto no último ano analisado, 2019. É possível verificar nos dados coletados que a Copasa manteve nos anos pesquisados uma estabilidade neste item.

O gráfico 3 apresenta em percentuais os valores destinados da receita da Sabesp para Insumos adquiridos de terceiros e Retenções da durante o período.

Gráfico 3 – Insumos adquiridos de terceiros e Retenções sobre a Receita gerada - Sabesp



Fonte: Dados da pesquisa

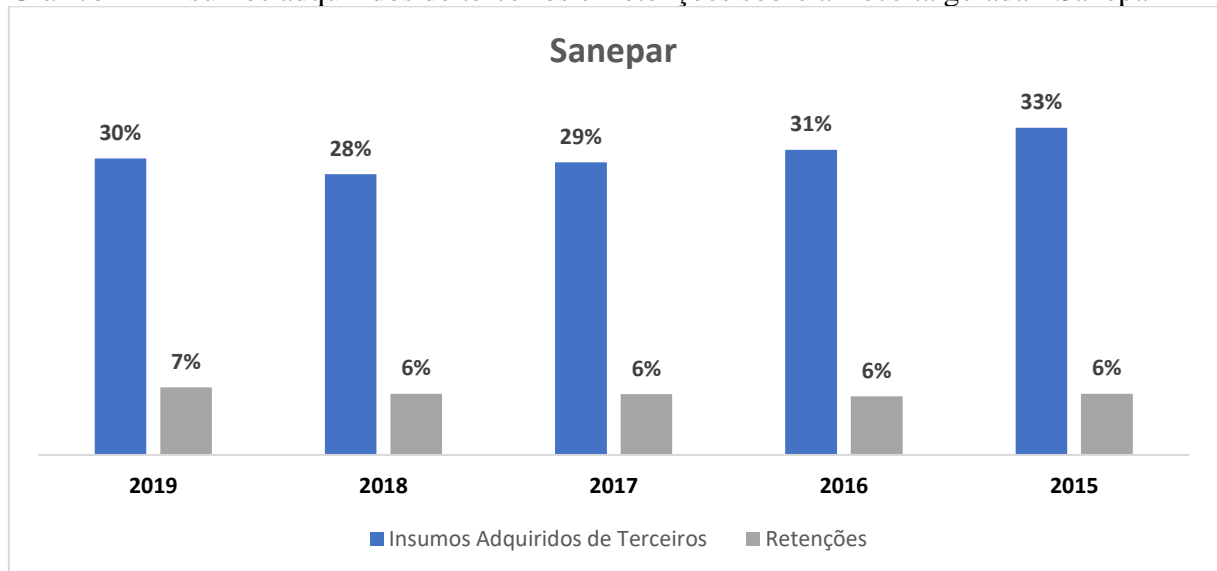
A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), apresentou variação nos percentuais das deduções de sua receita durante o período analisado. Em 2015 a Sabesp destinou 43% da receita auferida ao item insumos adquiridos de terceiros, foi o ano de maior destinação a este item entre todos pesquisados. No ano de 2016 foram destinados 42% da receita produzida pela Companhia para cobrir os custos com produção, serviços, materiais, energia elétrica e serviços terceirizados, queda de 1% em comparação ao ano anterior. Em 2017 houve uma queda mais acentuada neste item, o percentual da receita destinado a insumos foi de 37%, de acordo com a DVA deste ano, o valor dos custos de produção teve uma redução considerável, de aproximadamente 500.000 reais. Em 2018, nova queda no percentual de

insumo adquiridos de terceiros, neste o ano o percentual foi de 34%. O último ano, 2019, apresentou a mesmo percentual da destinação da receita que em 2017, 37%.

O item Retenções, apresentou porcentagens estáveis nos anos analisados no estudo, inicialmente em 2015 foram destinados 9% da receita produzido a este item, nos anos de 2016, 2017 e 2018 o percentual foi idêntico, de 8%, mantendo um crescimento vegetativo da depreciação, amortização e exaustão, porem mantendo a estabilidade no percentual em relação a receita produzida pela companhia, segunda as DVAs utilizadas no estudo. O último ano analisado demonstrou um percentual de 9%, mesmo índice visto no primeiro ano pesquisado, 2015.

O gráfico 4 apresenta os percentuais da receita destinados aos Insumos adquiridos de terceiros e Retenções da Companhia Sanepar durante o período analisado.

Gráfico 4 – Insumos adquiridos de terceiros e Retenções sobre a Receita gerada - Sanepar



Fonte: Dados da pesquisa

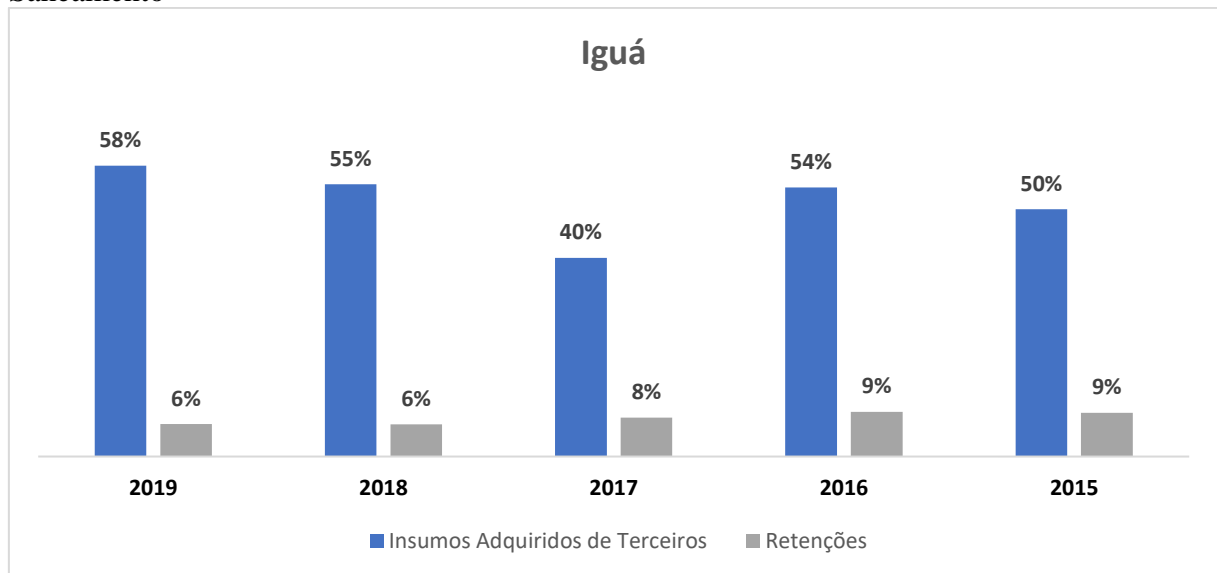
Durante o período analisado a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), apresentou equilíbrio nas deduções de sua receita, 2015 foi o ano maior destinação de percentual da receita obtida para o item insumos adquiridos de terceiros, 33%. Em 2016 houve recuo de 2 pontos percentuais no valor destinado a este item, foram 31% da receita auferida para cobrir custos de produção, de serviços, com materiais, energia elétrica e serviços terceirizados. 2017 apresentou nova que, desta vez fechando o ano com 29% de destinação a insumos adquiridos de terceiros, e 2018 houve a última queda de percentuais verificados nesse item nos anos analisados, neste ano foram destinados 29% da receita produzida com insumos

utilizados na Sanepar. 2019 fechou com leve alta no percentual, contabilizando 30% da receita destinada a cobrir os gastos com terceiros na atividade da Companhia.

O percentual da receita gerada pela companhia destinado a depreciação, amortização e exaustão, contidas no item Retenções, apresentou porcentagens praticamente idênticas, variando entre 6% e 7% na amostra de anos pesquisados. De 2015 até 2018, o percentual destinado a Retenções na DVA da Sanepar foi de 6%, anuais. Apenas no ano de 2019 o valor cresceu, timidamente em 1 ponto percentual, fechando o período com 7% do total da receita percebida da empresa destinada a esse item.

O gráfico 5 apresenta os dados, em percentuais, da receita destinados aos Insumos adquiridos de terceiros e Retenções da Iguá Saneamento durante o período analisado.

Gráfico 5 – Insumos adquiridos de terceiros e Retenções sobre a Receita gerada – Iguá Saneamento



Fonte: Dados da pesquisa

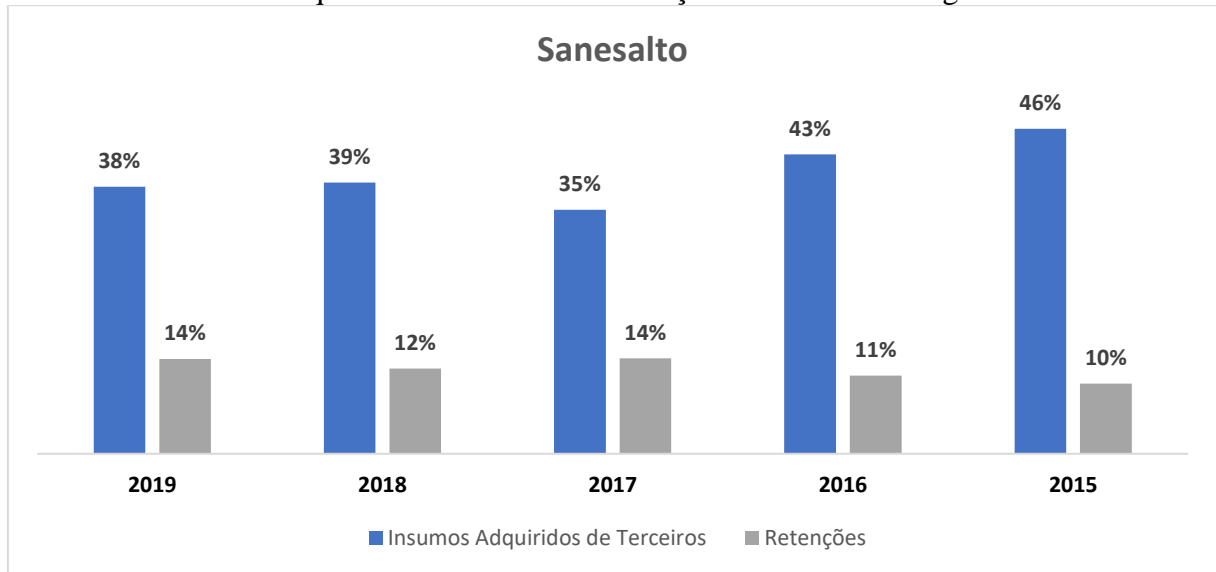
A empresa Iguá Saneamento demonstrou uma considerável variação de valores destinados a Insumos adquiridos de terceiros e Retenções em relação a receita auferida nos anos pesquisados neste estudo. Em 2015 o percentual da receita destinado a cobrir custos de produção, de serviços, com materiais, energia elétrica e serviços terceirizados foi de 50%, metade da receita verificada no ano, esse percentual se deve em grande parte aos custos com produção, que representação a maior parte dos recursos destinados no item Insumos adquiridos de terceiros, conforme dados verificados na DVA daquele ano. Seguindo uma tendência de grande valor destinado a este item, no ano de 2016 o percentual da receita deslocado para cobrir os custos foi ainda maior, de 54%, reflexo também do alto valor de custo de produção,

verificado na DVA. Contudo, em 2017 houve uma queda significativa em percentual neste item, pois a destinação caiu para 40% do total da receita, porém, isso ocorreu não pela queda do valor nominal dos insumos, mas sim pelo aumento da receita percebida pela empresa em 2017, o que fez com que o peso dos insumos fosse proporcionalmente menor do que nos anos anteriores. Já no ano de 2018 o percentual destinado aos custos dos insumos voltou a ser elevado, encerrando o ano com 55% do total da receita auferida pela Iguá Saneamento, de acordo com a DVA houve aumento na receita, porém proporcionalmente também houve aumentos nos custos, por isso o percentual acima da metade do faturamento da empresa. Seguindo uma tendência de aumento nos custos, o ano de 2019 foi o que apresentou a maior parcela de destinação da receita para cobrir os insumos adquiridos de terceiros nos anos pesquisados na amostra, foram 58% do total faturado pela empresa, conforme valores nominais analisados na DVA deste ano, a empresa teve seu melhor desempenho do quesito faturamento, contudo os custos aumentaram proporcionalmente, tornando este o ano de maior destinação de recursos aos custos de produção.

O item Retenções, onde estão contidos valores referentes a depreciação, amortização e exaustão, apresentou certa estabilidade nos anos analisados neste estudo. Em 2015 e 2016 o percentual da receita destinado a este item foi idêntico, 9%, no ano seguinte, 2017, houve uma leve queda de 1 ponto percentual neste item, fechando o exercício com 8% da receita percebida pela empresa. Os anos de 2018 e 2019 apresentaram queda na comparação com o ano anterior e equivalência de percentuais; em ambos exercícios a parcela do total faturado pela empresa destinado a depreciação, amortização e exaustão foi de 6%.

O gráfico 6 apresenta em percentuais os valores destinados da receita da companhia de saneamento de Minas Gerais para Insumos adquiridos de terceiros e Retenções da durante o período analisado.

Gráfico 6 – Insumos adquiridos de terceiros e Retenções sobre a Receita gerada - Sanesalto



Fonte: Dados da pesquisa

A empresa Conasa Sanesalto apresentou variação nos anos analisados em percentuais destinados a Insumos adquiridos de terceiros e Retenções em relação ao total do faturamento auferido pela empresa no período da amostragem deste estudo. No ano de 2015 foram destinados 46% da receita total para cobrir custos de produção, de serviços, com materiais, energia elétrica e serviços de terceiros, em 2016 percentual se manteve alto, próximo da metade do total faturado pela empresa, porem um pouco abaixo do verificado no ano anterior, fechando o período em 43%. O ano de 2017 revelou uma queda considerável, de 8 pontos percentuais em relação a 2016, de acordo com a DVA deste ano, a receita faturada pela empresa decaiu, e com isso os custos tiveram uma queda proporcional, encerrando o ano em 35%. Já em 2018 os custos de produção acompanharam tiveram uma ligeira alta, batendo na casa dos 39% do total da receita, neste ano o faturamento também apresentou elevação nominal na comparação com o ano anterior, de acordo com a DVA apresentada pela Sanesalto. 2019, último ano analisado no estudo, houve uma leve queda de 1 ponto percentual nos custos com Insumos adquiridos de terceiros, no exercício citado foram destinados 38% da receita percebida pela empresa.

No item Retenções, não houve grandes variações nos percentuais destinado em relação a receita total gerada pela empresa. Em 2015 foram destinados 10% do faturamento da empresa para cobrir os valores com depreciação, amortização e exaustão, no ano seguinte houve aumento em 1 ponto percentual nesta destinação, fechando o exercício 2016 com 11% da receita

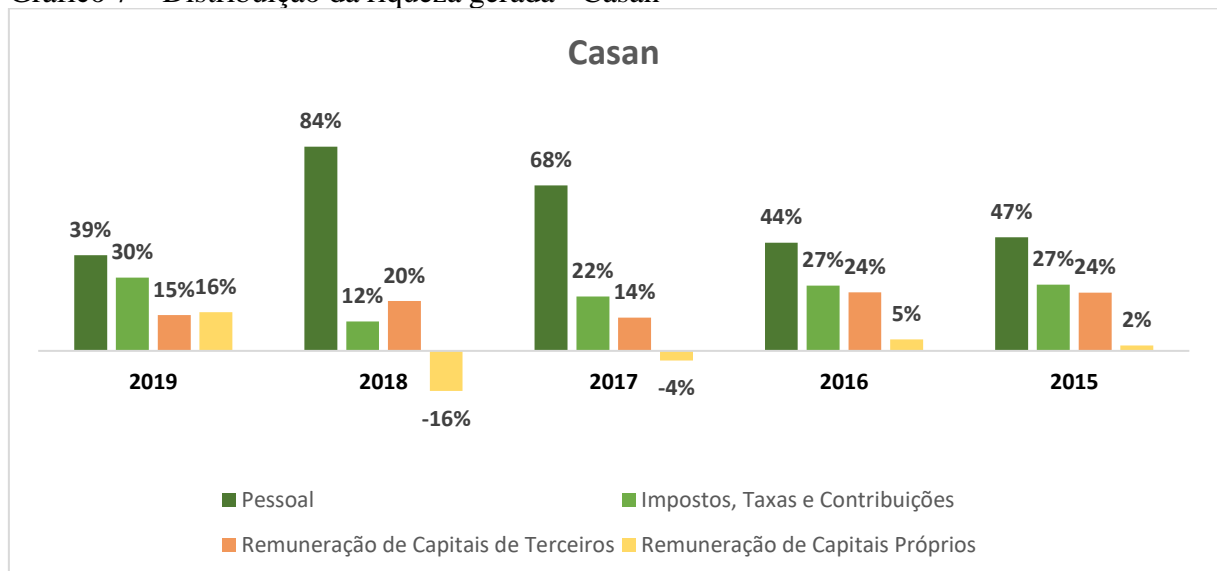
destinado a Retenções. 2017 apresentou um aumento ligeiramente maior se comparado aos dois anos anteriores, a parcela destinada a este item foi de 14% ao final do ano. Em 2018 foi verificado o primeiro recuo no percentual dentre os anos analisados neste estudo em relação a empresa Sanesalto, a porcentagem da receita destinada às retenções foi de 12% e no último ano pesquisado, houve uma alta de 2 pontos percentuais na comparação ao exercício anterior; a DVA de 2019 foi encerrada com uma destinação de 14% da receita à depreciação, amortização e exaustão, patamar idêntico ao ano de 2017.

4.3 Análise da riqueza distribuída nas DVAs

Neste subitem foram analisados os itens que receberam a riqueza distribuída pelas empresas de acordo com as DVAs. Demonstram-se as porcentagens que cada uma das subdivisões recebeu do total do valor adicionado a distribuir, as quais são: Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração de capital de terceiros e Remuneração de capitais próprios.

O gráfico 7 apresenta como foi o comportamento dos valores distribuídos na Demonstração do Valor Adicionado da Companhia Casan durante o período analisado.

Gráfico 7 – Distribuição da riqueza gerada - Casan



Fonte: Dados da pesquisa

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), no período analisado, destinou a maior parte de sua riqueza gerada para Pessoal, no ano de 2017 o valor destinado a esse segmento foi de 68% do total do valor adicionado a distribuir, já em 2018 esse percentual

foi ainda maior, chegando a 84%. Nos demais anos essa destinação foi entre 47% em 2015 a 39% em 2019, passando por 44% em 2016.

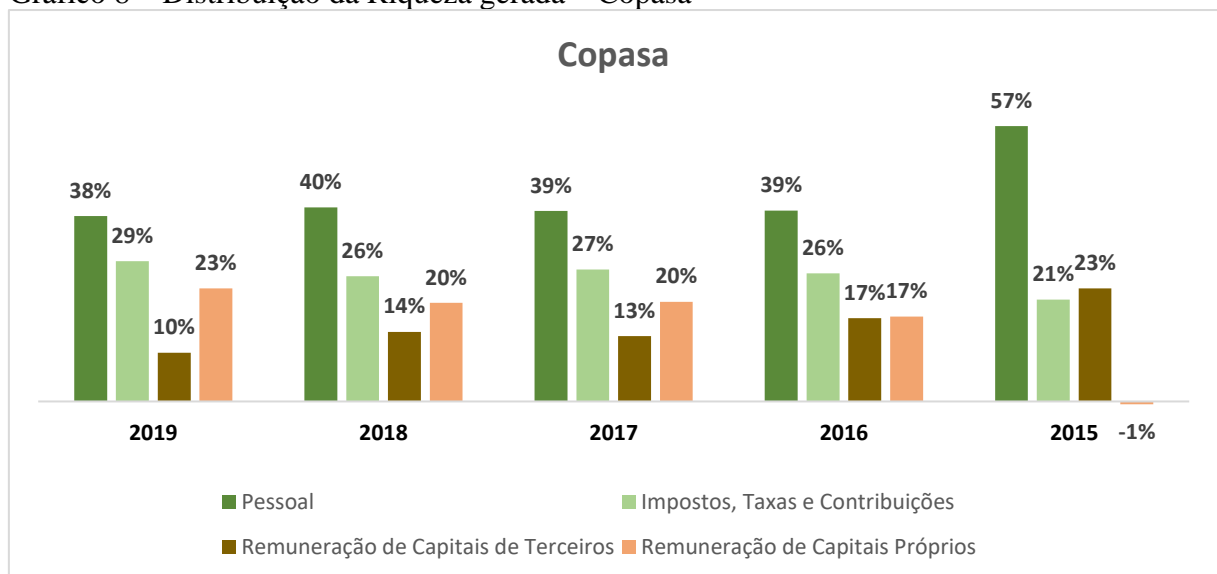
O valor destinado a impostos e taxas se manteve estável de 2015 a 2019, orbitando entre 27% em 2015 e 2016, em 2017 obteve uma leve queda, caído para o percentual de 22% sobre o valor total distribuído, exceção no período analisado deste segmento foi o ano de 2018, no qual a destinação foi de apenas 12%, segundo as notas explicativas da Companhia, essa diminuição no valor percentual distribuído se deve a compensação de impostos diferidos de anos anteriores, bem como ao lucro menor no ano de 2018, ocasionando menor incidência de impostos federais, voltando em 2019 para os patamares dos 3 primeiros anos analisados, 30%.

Em relação ao valor destinado a Remuneração de capital de terceiros, houve equilíbrio nos anos de 2015, 2016 e 2018 onde o percentual distribuído nesse segmento foi de 24%, 24% e 20%, respectivamente. Contudo houve queda na Remuneração de capital de terceiros nos anos de 2017, com 14%, e 2019, com 15% destinados.

Nos anos 2015 e 2016 a Casan destinou uma pequena parte de sua riqueza gerada para remuneração do capital próprio, 2% e 5% respectivamente. Nos anos seguintes o valor foi negativo recuperando uma trajetória positiva de distribuição de valores em 2019, quando foi destinado 16% para remunerar capital próprio investido na Companhia.

O gráfico 8 apresenta como foi a distribuição da riqueza gerada pela Copasa durante o período.

Gráfico 8 – Distribuição da Riqueza gerada – Copasa

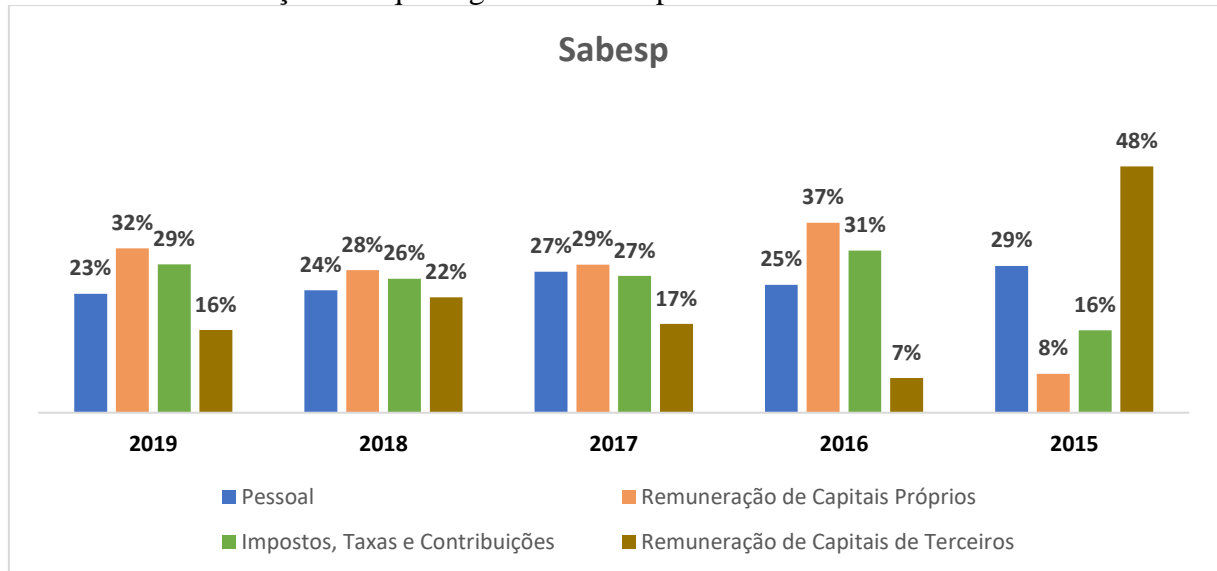


Fonte: Dados da pesquisa

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) destinou a maior parte de sua riqueza para o segmento de Pessoal na amostra de períodos analisada no estudo, verificou-se que em 2015 o valor destinado foi de 57%, destinando pouco mais de 40% aos outros três segmentos. Nos posteriores também se observou uma predominância do maior valor da riqueza gerada na distribuição ao segmento Pessoal, contudo, há de se destacar os valores destinados a Impostos, taxas e contribuições que se mantiveram praticamente estáveis entre 2016, 2017, 2018 e 2019 com um percentual de 26%, 27%, 26% novamente e 29% respectivamente. Capital próprio foi o terceiro segmento que mais recebeu percentuais da riqueza gerada pela Copasa.

O gráfico 9 apresenta como foi o comportamento dos valores distribuídos na Demonstração do Valor Adicionado da Companhia Sabesp durante o período analisado.

Gráfico 9 – Distribuição da riqueza gerada - Sabesp

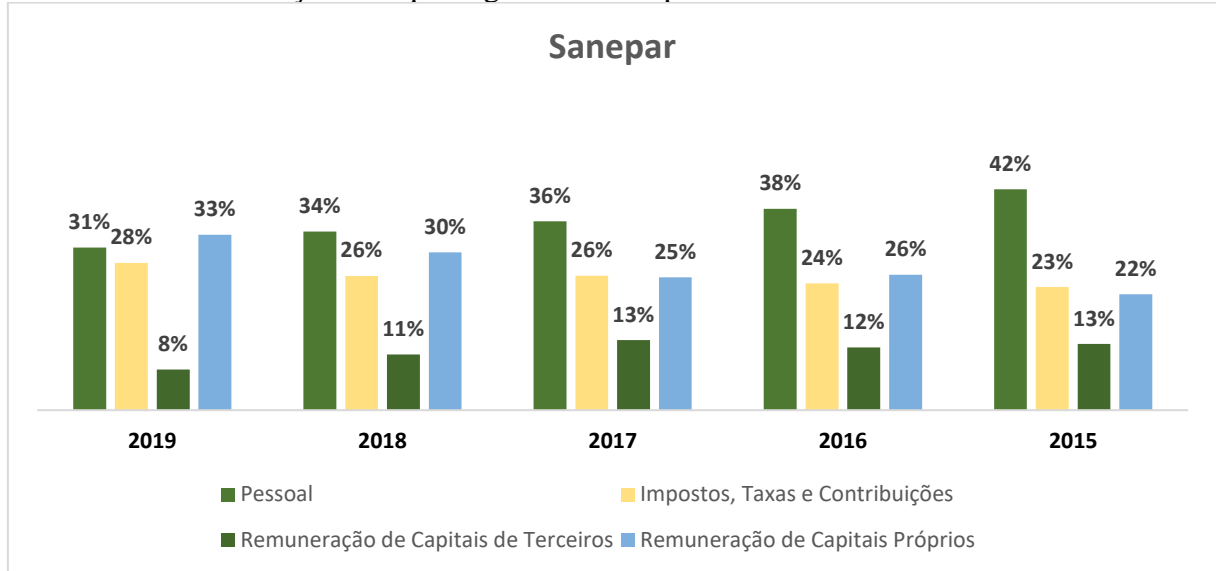


Fonte: Dados da pesquisa

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é a maior Companhia em termos de Receita auferida entre todas da amostra utilizada neste estudo, no ano de 2015 houve uma significativa destinação da riqueza produzida para o segmento Remuneração de Capital de Terceiros, com quase metade dos recursos distribuídos, 48%, nesse item são relacionados valores referentes a juros pagos a instituições financeira que financiam obras e operações da Sabesp. No ano de 2016 o maior percentual de distribuição foi para o segmento Remuneração de Capitais Próprios, com 37%, um pouco acima do valor destinado a Impostos, Taxas e Contribuições, com 31% da distribuição. A distribuição da riqueza gerada pela Companhia para o segmento Pessoal se mostrou estável durante o período analisado, de 29% em 2015, passando por 25% em 2016, 27% em 2017, 24% em 2018 e 23% em 2019.

O gráfico 10 apresenta como foi o comportamento dos valores distribuídos na Demonstração do Valor Adicionado da Sanepar durante o período analisado.

Gráfico 10 – Distribuição da riqueza gerada – Sanepar

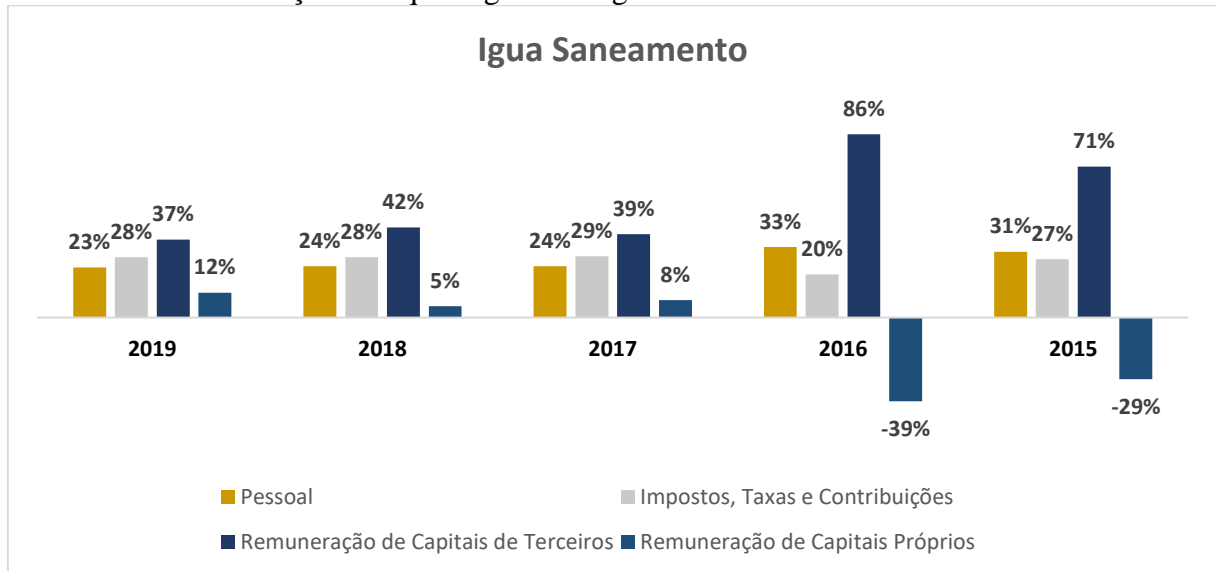


Fonte: Dados da pesquisa

Com atuação na região Sul do Brasil, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) demonstrou predominantemente, no período analisado, uma distribuição maior ao segmento Pessoal do que aos demais, na amostra é possível identificar que em 2015 o valor destinado ao segmento Pessoal foi de 48% do total distribuído. Nos anos seguintes, os valores percentuais seguiram uma tendência de leve queda: 2016 com 38%; 2017 com 36%; 2018 com 34% e por fim, em 2019 31%. A Remuneração de Capitais Próprios foi o segundo segmento que teve o maior valor destinado da distribuição total nos anos pesquisados, em 2016 respondeu por 26%, em 2018 o percentual foi de 30% e em 2019, cresceu para 33%. O terceiro segmento mais contemplado na distribuição do valor adicionado foi Impostos, Taxas e Contribuições, que 2015 recebeu 23% do total da riqueza produzida pela Companhia, já em 2017 o valor foi maior em 2 pontos percentuais, chegando a 26%. O gráfico 10 apresenta como foi o comportamento dos valores distribuídos na Demonstração do Valor Adicionado da Sanepar durante o período analisado.

O gráfico 11 apresenta como foi o comportamento dos valores distribuídos na Demonstração do Valor Adicionado da Empresa Igua Saneamento durante o período analisado.

Gráfico 11 – Distribuição da riqueza gerada – Igua Saneamento



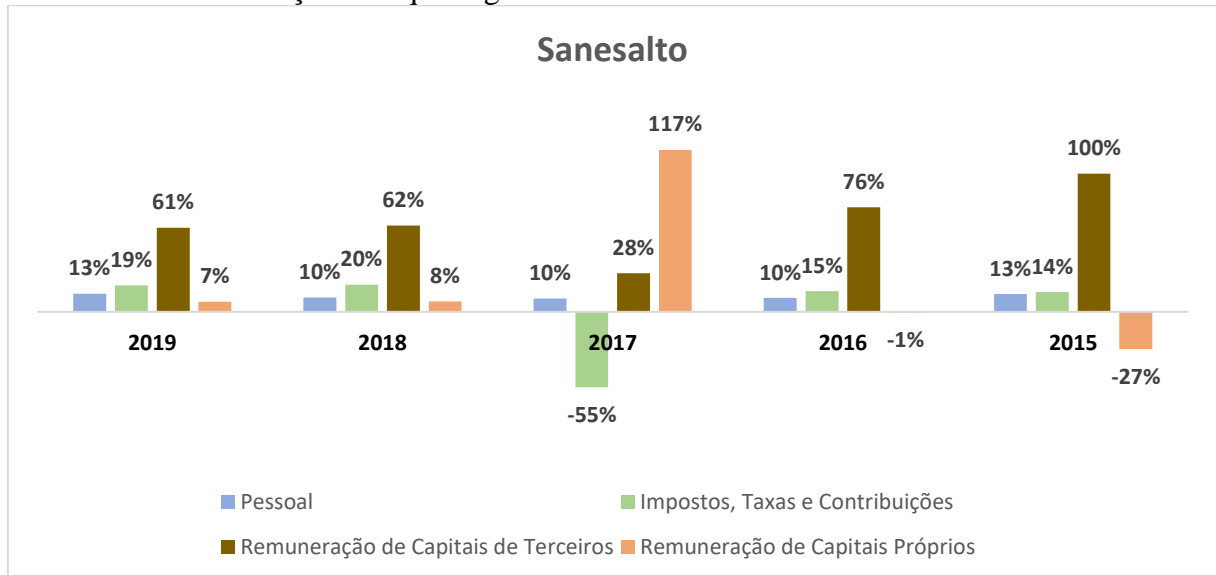
Fonte: Dados da pesquisa

A Igua Saneamento, empresa de capital privado, possui uma capilaridade em sua atuação, pois está presente em 18 cidades de 5 Estados diferentes no Brasil, nos anos pesquisados, o valor destinado a Remuneração de capital de Terceiros sempre foi maior, no ano de 2015 o valor destinado a esse segmento chegou a 71% do total, e no ano seguinte foi ainda superior, 2016 subiu para 86% destinados a remuneração do Capital de Terceiros, esses percentuais elevados são reflexo do alto endividamento, junto a instituições financeiras, da empresa para financiar suas operações e investimentos inerentes aos serviços de saneamento prestados. Inversamente proporcional, o valor destinado a Remuneração de capitais próprios ficou negativo nos anos de 2015 e 2016, em 29% e 39% respectivamente, esse fenômeno contábil ocorreu pelo fato de que o endividamento da empresa está superior ao seu patrimônio, por esse motivo é feito o ajuste, incluindo percentuais negativos nesse item.

O segmento Impostos, Taxas e Contribuições apresentou pouca variação em percentuais nos anos analisados, a maior parcela da riqueza destruída destinada a esse item ocorreu no ano de 2017, com 29%. O item Pessoal houve equilíbrio de percentuais a partir do ano de 2017, quando foram destinados 24% a esse segmento, em 2018 foram mantido o mesmo percentual e em 2019 houve leve queda, baixando para 23% do total da riqueza a distribuir.

O gráfico 12 apresenta como foi o comportamento dos valores distribuídos na Demonstração do Valor Adicionado da Empresa Conasa Sanesalto durante o período analisado.

Gráfico 12 – Distribuição da riqueza gerada – Sanesalto



Fonte: Dados da pesquisa

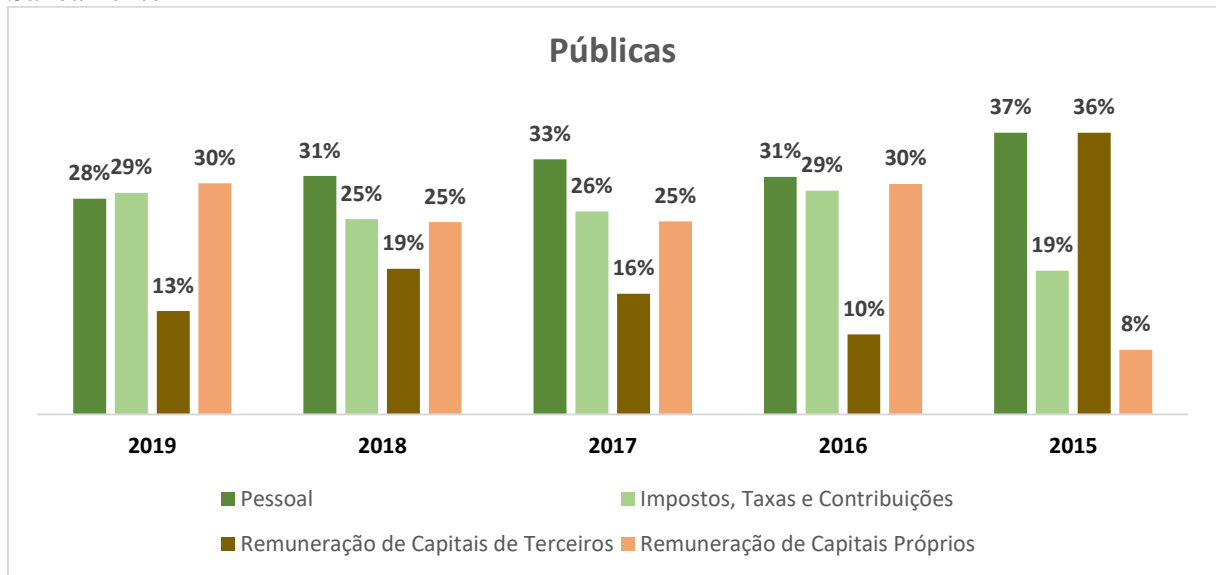
A Conasa Sanesalto atua no Estado de São Paulo, das empresas analisados neste estudo possui uma distribuição do valor adicionado peculiar, pois nos três primeiros anos analisados, 2015, 2016 e 2017, apresentou distribuição negativa em algum dos itens analisados, isso se deve ao fato de a Empresa possuir dívidas altas em relação ao seu patrimônio, ou seja, o endividamento da empresa é maior do que ela suportaria se fosse dissolvida. Contudo, essa situação foi revertida nos anos subsequentes analisados. O valor percentual destinado à Remuneração de Capitais de Terceiros é o segmento que mais se destaca nos anos analisados, em 2015 registrou o valor de 100%, isso aconteceu pelo fato da empresa possuir muitas obrigações com instituições financeiras que aportaram capital para financiar a atividade e as operações de saneamento, no ano de 2016 esse percentual se manteve alto, porém menor do que o observado em 2015, ficando assim em 76%. Em 2017 o percentual destinado à remuneração de capitais próprios foi de 117%, e como forma de ajuste na DVA deste ano, a empresa lançou mão de um valor negativo no item Impostos, taxas e contribuições, para ajustar o total distribuído entre todos os segmentos.

Em 2017 houve um recuo expressivo no valor distribuído ao segmento remuneração de capitais de terceiros, o percentual foi de 28%, em 2018 e 2019 se manteve estável em 62% e

61% respectivamente. O percentual destinado a Pessoal ficou entre 13% e 10% nos exercícios pesquisados.

O gráfico 13 apresenta como foi o comportamento dos valores distribuídos em média na Demonstração do Valor Adicionado comparativo das Companhias Públicas de Saneamento durante o período analisado.

Gráfico 13 – Distribuição média da riqueza gerada – Companhias Públicas Estaduais de Saneamento



Fonte: Dados da pesquisa

Nos dados compilados das Companhias de Saneamento públicas que possuem o Estado como controlador, onde estão incluídas Casan, Copasa, Sabesp e Sanepar, é possível verificar que, em média, as empresas destinam a maior parte da sua riqueza gerada para o segmento Pessoal. Esse item manteve certa regularidade nos anos pesquisados. 2015 foi o ano que as Companhias destinaram a maior parcela para esse segmento, 37%. Já no último ano pesquisa, 2019, esse valor foi o menor dentre os percentuais destinados à Pessoal, 28%.

O item Impostos, Taxas e Contribuições, que engloba tributos federais, estaduais e municipais, recebeu em média 25,6% durante o período analisado. No ano de 2015, com menor percentual alocado, o valor em porcentagem foi de 19% do total da riqueza gerada pelas Companhias Estaduais de Saneamento. Passados 5 anos, em 2019 esse valor chegou quase um terço do total distribuído, 29%.

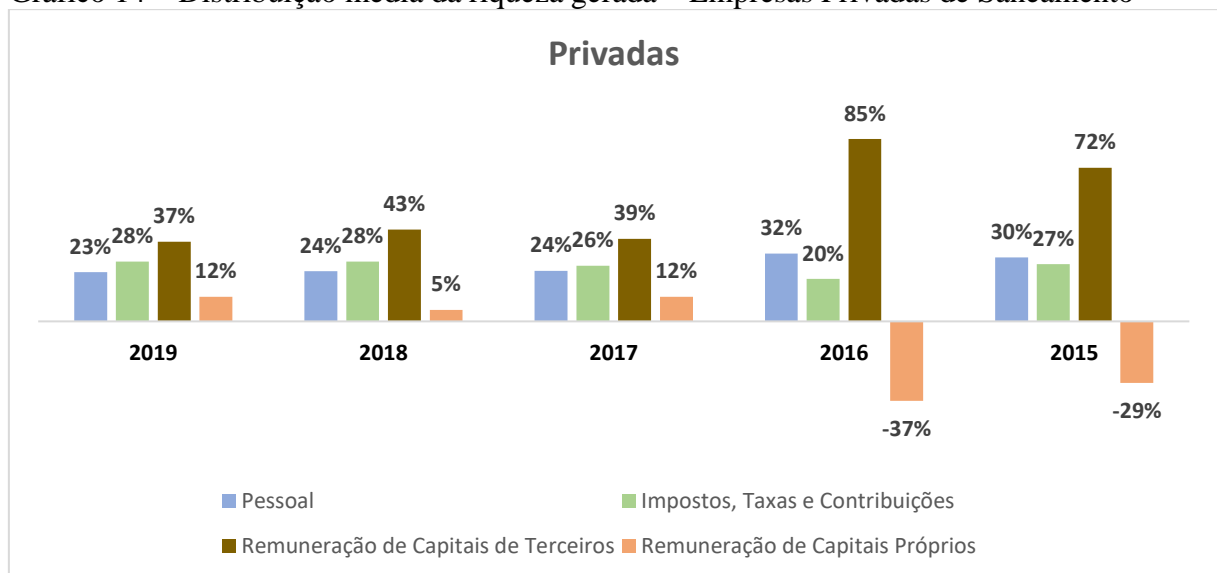
No ano de 2015 a Remuneração de Capitais de Terceiros feita pelas empresas foi significativa, 36% do total da riqueza gerada pelas Companhias de Saneamento da amostra, isso se deve aos juros pagos a entidades financeiras que aportaram recursos nas Companhias.

Contudo nos exercícios subsequentes esse item se mostrou variável dentro de uma margem de 9 postos percentuais, em 2016 o total destinado a remuneração de capitais de terceiros foi de 10%, passando por 16% em 2017, em 2018 obteve mais uma alta, chegando a 19% do valor distribuído. No ano de 2019 esse valor percentual percebeu uma ligeira queda, chega a 13% do total da distribuição do valor adicionado pelas Companhias.

O item Remuneração de Capitais próprios teve trajetória antagônica em relação a remuneração de capitais de terceiros, isso porque em 2015 esse valor foi o menor dentre todos contidos na DVA, de apenas 8%. Em 2016 o salto no percentual da distribuição foi de 22%, chegando a uma parcela de 30% do total distribuído, a partir desse ano houve estabilidade nesse item, com leve queda em 2017 para 25% do total, mantendo o mesmo percentual em 2018, e retornando ao patamar de 2016, fechou o ano de 2019 com 30% do total do valor adicionado a distribuir.

O gráfico 14 apresenta como foi a distribuição média na Demonstração do Valor Adicionado comparativo entre as Empresas Privadas de Saneamento durante o período analisado.

Gráfico 14 – Distribuição média da riqueza gerada – Empresas Privadas de Saneamento



Fonte: Dados da pesquisa

As empresas privadas de Saneamento, representadas pelas empresas Igua Saneamento e Conasa Sanesalto, destinaram no item Pessoal percentuais bem próximos durante os anos analisados, a variação entre o primeiro e o último ano analisados foi de 7%. Em 2015 o percentual do total destinado a esse segmento foi de 30%, com leve aumento em 2016, para 32%. Contudo, em 2017 essa destinação teve uma ligeira queda, montando o valor de 24%, esse

valor se manteve durante o ano de 2018, e em 2019 obteve uma leve baixa, fechando em 23% do total.

No item Impostos, Taxas e Contribuições é possível observar uma média muito próxima em relação aos dados coletados na amostra da pesquisa, em 2015 o valor destinado a União, Estados e Municípios em tributos foi de 27% do total da riqueza gerada pela empresa. Em 2016 houve a queda mais considerável neste item, diminuído ao percentual de 20%. No ano de 2017 o percentual voltou ao patamar próximo de 2015, fechando a DVA com valor proporcional de 26%. Com leve alta nos anos subsequentes, o item Impostos, Taxas e Contribuições fechou os dois exercícios finais do período analisado em 28%, em 2018 e 2019.

O item Remuneração de Capitais de Terceiros apresenta o maior percentual de destinação da riqueza gerada pelas empresas no período analisado, isso se deve em boa parte ao fato das empresas dependerem de agentes financiadores externos, com instituições financeira, para financiar suas operações e atividades. Esses agentes precisam ser remunerados pelos investimos feitos, daí o valor significativo destinado a esse segmento na DVA das Empresas privadas de Saneamento.

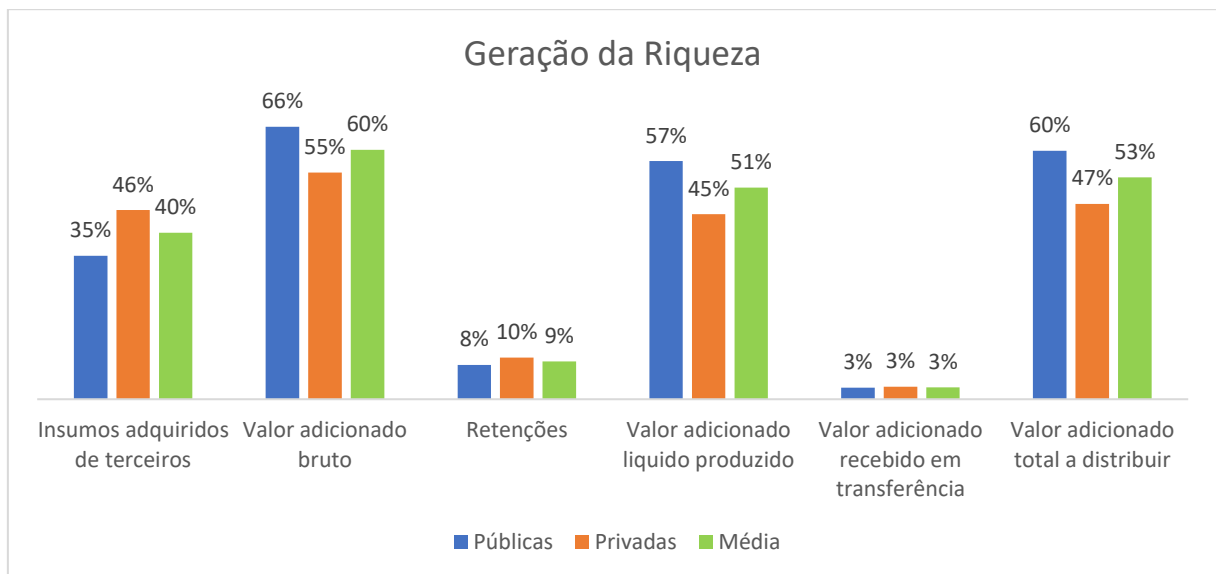
Nos anos de 2015 e 2016 reportam os maiores valores percentuais destinados a esse item, no primeiro ano analisado, as duas empresas juntas, em média, destinaram 72% da riqueza gerada a este fim. Em 2016 o valor foi ainda maior, 85%, demonstrando a necessidade das empresas remunerarem seu agentes financiadores para obter recursos e se manter no mercado. Contudo, nos anos subsequentes estes percentuais tiveram queda e se mantiveram estáveis, em 2017 o valor destinado a remunerar os capitais de terceiros foi de 39%, 2018 houve uma leve alta de 4 pontos percentuais, chegando a 43% da riqueza distribuída pelas empresas. Fechando o período analisado, em 2019 houve uma nova queda na destinação a esse item, desta vez de 6 pontos percentuais, finalizando o exercício com destino de 37% do valor adicionado a distribuir.

O último item analisado é a remuneração do capital próprio, ao contrário do item anterior analisado, esse segmento nas empresas privados tem nos dois primeiros anos valor negativo em relação ao valor da riqueza distribuída, esse fenômeno ocorre pelo fato da empresa possuir mais dividas com terceiros do que o seu próprio capital suportaria. Como foi mencionado, tratam-se de empresas privadas que iniciam suas operações tomando recursos de instituições financeira. E no início do período analisado essa situação é complexa, pois em 2015 as empresas apresentaram valor percentual negativo de 29%, demonstrando fragilidades na relação dividas versus capital próprio. No ano 2016 esse valor foi ainda maior negativamente, 37%. Porém, nos anos subsequentes houve recuperação, e as empresas conseguiram remunerar o seu capital próprio, em 2017 o percentual chegou a 12% positivo, com uma queda

representativa em 2018, fechando o período em 5% do total da riqueza distribuída. Contudo, as empresas fecharam o ano de 2019 com o mesmo patamar do ano de 2017, 12%.

O gráfico 15 apresenta como foi gerada a riqueza nas empresas Públicas e Privadas, além da média entre ambas trazendo o comparativo durante o período analisado.

Gráfico 15 – Comparativo da geração da riqueza entre empresas Pública x Privadas

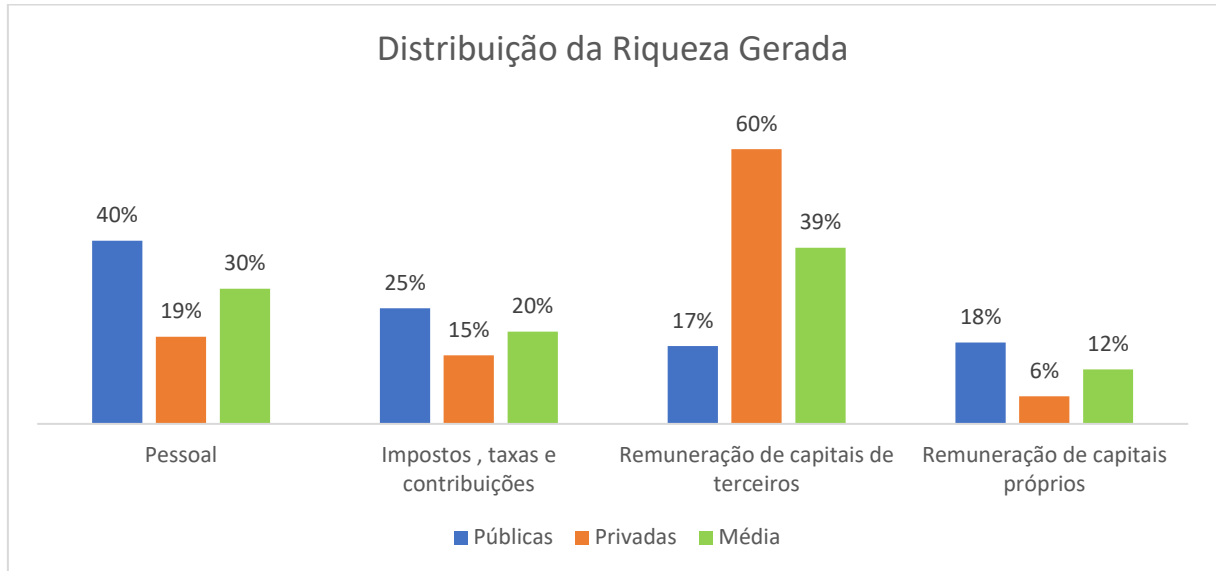


Fonte: Dados da pesquisa

Fazendo um comparativo entre as empresas públicas e privadas percebe-se que os percentuais de representatividade das empresas públicas são maiores que as das privadas e estão acima da média nos valores adicionados bruto, líquido produzido e total a distribuir e são menores nos insumos adquiridos de terceiros e retenções o que bom visto que são deduções da receita e do valor adicionado bruto.

O gráfico 16 apresenta como foi realizada a distribuição da riqueza gerada pelas empresas Públicas e Privadas, além da média entre ambas trazendo o comparativo durante o período analisado.

Gráfico 16 – Comparativo da distribuição da riqueza gerada entre empresas Pública x Privadas



Fonte: Dados da pesquisa

Fazendo um comparativo da distribuição da riqueza gerada entre as empresas públicas e privadas percebe-se que os percentuais de representatividade das empresas públicas são maiores do que as das empresas privadas e de que a média nas distribuições de pessoal, impostos e taxas e remuneração de capitais próprios, sendo inferior apenas na remuneração de capitais de terceiros composta por juros, aluguéis e outros encargos com terceiros.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar a distribuição do valor adicionado entre as Companhias Estaduais de Saneamento e Empresas Privadas de Saneamento, que integram o setor de utilidade pública da bolsa de valores B3.

Assim, neste estudo, foram analisadas as demonstrações do valor adicionado disponíveis no site da CVM das empresas que compuseram a amostra. A partir da coleta dos dados referentes à distribuição do valor adicionado, foi possível traçar um panorama através dos anos de 2015 a 2019, analisando cada uma das companhias e empresas do segmento em questão; verificou-se a variação de perfil das empresas que são públicas em relação as de capital privado.

Os itens com maiores representatividades vistos em alguma empresa não necessariamente demonstraram ser expressivos na distribuição da riqueza gerada por outra empresa dentro da amostra de empresas analisada, principalmente pelo fato das companhias e empresas serem controladas por diferentes entes, poder público e iniciativa privada.

Analisando gráficos apresentados e também os períodos pesquisados, não se pode afirmar que existe um comportamento padronizado com relação à participação na distribuição do valor adicionado dentro ou entre os segmentos. Tal fato também pode ser observado na coleta dos dados individuais das DVAs; alguns itens como Pessoal na companhia de saneamento de Minas Gerais e remuneração de capitais de terceiros na Igua Saneamento sofreram variações bastante expressivas de um ano para outro. A remuneração de capitais de terceiros foi o item mais propenso a receber recursos das empresas privadas, ficando em quarto lugar nas empresas públicas. Impostos, taxas e contribuições esteve em segundo lugar em entre as Companhias Públicas, assim como nas empresas privadas. O item remuneração de capital próprio ficou em terceiro lugar na distribuição das Companhia de Saneamento públicas, já nas empresas privadas foi o item com menos destinação, ficando em quarto lugar. Após a análise dos segmentos de forma individual, foi realizada a análise coletiva das Companhias e Empresas como um todo. Conforme o gráfico 13 – Distribuição média da riqueza gerada – Companhias Públicas Estaduais de saneamento, o item com maior representatividade foi o de Pessoal, já nas empresas privadas o item Pessoas foi o segundo que mais recebeu recursos da riqueza distribuída, conforme o gráfico 14 - Distribuição média da riqueza gerada – Empresas Privadas de saneamento.

No gráfico 15 – Comparativo da geração da riqueza entre empresas Pública x Privadas constatou-se que as empresas privadas geraram um percentual de riqueza a distribuir maior do que as empresas privadas. Já no gráfico 16 – Comparativo da distribuição da riqueza gerada entre empresas Pública x Privadas constatou-se que nas empresas públicas o maior percentual de distribuição está nas despesas com pessoal em torno de 40%, enquanto que nas empresas privadas a distribuição se concentra na remuneração de capitais de terceiros com 60%.

Como limitação da pesquisa, pode-se destacar o fato de esta ter sido aplicada apenas ao setor ora referido. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação do estudo e aprofundamento, trazendo outras entidades do setor de utilidade pública para serem analisados, pois são atividades vitais para as políticas públicas no país, bem como o cruzamento dos dados entre elas. Interessante também seria analisar o comportamento dos índices em um intervalo de tempo maior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. L.; SILVA, A. H. C. Demonstração do valor adicionado (DVA): uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.95-110, jan./abr. 2014.

AZEVEDO, Osmar. **DFC e DVA: “demonstração dos fluxos de caixa” e “demonstração do valor adicionado”**. São Paulo: IOB, 2009.

BEUREN, I. M.; LONGARAY, A.A.; RAUPP, F.M.; SOUSA, M.A.B; COLATO, R.D.; PORTON, R.A.B. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Poder Executivo**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Poder Executivo**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em 24 set. 2018.

CARMO, C. R. S.; LIMA, I.J.; FERREIRA, M.A.; OLIVEIRA, R. Demonstração do valor adicionado: evidenciação de informações adicionais nas empresas brasileiras de capital aberto do setor sucroalcooleiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.13-29, maio/ago. 2011.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO. Institucional. Disponível em <<https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/companhia#0>>. Acesso em 20 mai. 2020.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Institucional. Disponível em <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=505>>. Acesso em 21 mai. 2020.

COMPANHIA DE SANEMANTO DE MINAS GERAIS. Perfil Institucional. Disponível em <<http://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/a-copasa/a-empresa>>. Acesso em 22 mai. 2020.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Perfil institucional. Disponível em <<http://site.sanepar.com.br/a-sanepar/perfil>>. Acesso em 23 mai. 2020.

CONASA SANESALTO. Institucional. Disponível em <<http://www.sanesalto.com.br/conheca/institucional>>

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. 2008. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 9 out. 2018.

____ - Conselho Federal de Contabilidade. NBC TG 26 – Apresentação das demonstrações contábeis. 2009a. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001185>. Acesso em: 10 out. 2018.

____ - Conselho Federal de Contabilidade. NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas. 2009b. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc>. Acesso em: 10 out. 2018.

____ - Conselho Federal de Contabilidade. Norma Resolução 1138/08 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>>. Acesso em: 10 out 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Nota Explicativa à Instrução CVM Nº 469, de 2 de maio de 2008; Ref. Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e altera as Instruções CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/nota/anexos/nota469.pdf>>. Acesso em: 24 set 2018.

COSTA, C. L. O.; GUIMARÃES, T. R.; MELLO, L. C. B. B. **Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.77-93, set./dez. 2013.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 09 – **Demonstração do valor adicionado.** 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>>. Acesso em: 5 out. 2018.

____ - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Resolução n. 1055/2005 – **Regimento Interno do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.** 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Regimento-Interno>>. Acesso em: 5 out. 2018.

CUNHA, Jaqueline; RIBEIRO, Maisa; SANTOS, Ariovaldo. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 7-23, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34146>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FOLLMANN, D. A.; PAIVA, K. S. E.; SOARES, S. V. **Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009.** REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Sousa, v.1, n.2, p.101-117, set./dez. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1995.

IGUA SANEAMENTO. Institucional. Disponível em <<https://www.iguasa.com.br/quem-somos>> Acesso em 24 mai. 2020

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P.; OLIVEIRA, A. B. S. **Informações evidenciadas no balanço social: as percepções dos gestores de forma comparada à literatura**. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v.1, n.7, p.61-80, jan./jun. 2007.

SANTOS, A.; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. **Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v.3, n.1, p.06-21, maio/ago. 2007.

SZYMCZAK, M.; LEÃO, S. E. **A importância da demonstração do valor adicionado (DVA) no ambiente econômico e social brasileiro**. Revista Contabilidade & Amazônia, Sinop, v.2, n.1, p.67-77, jan./dez. 2009.

TINOCO, J. E. P.; MORAES, P. E. **Uso da demonstração do valor adicionado – DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil**. &Gesta – Revista Eletrônica de Gestão de Negócios, Santos, v.4, n.1, p.1-32, jan./mar. 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade públicas das organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

TAIAROL, S. M.; RAIMUNDINI, S. L.; BEHR, A. **Indicadores sociais internos e a geração de valor adicionado: uma análise da relação do balanço social e da demonstração do valor adicionado em bancos brasileiros**. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Sousa, v.1, n.2, p.82-100, set./dez. 2011.

WELTER, E.; OBERGER, R.; VANZELLA, C. R. **A demonstração do valor adicionado – DVA: um estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento**

econômico. Revista Ciências Empresariais da Unipar, Toledo, v.6, n.2, p.187-202, jul./dez. 2005

APENDICE

Quadro resumo das médias de 2015 a 2019 das empresas

Contas	Casan	Copasa	Sabesp	Sanepar	Igua	Sanesalto
Receitas	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Insumos adquiridos de terceiros	-33%	-36%	-39%	-30%	-51%	-40%
Valor adicionado bruto	67%	64%	61%	70%	49%	60%
Retenções	-7%	-12%	-8%	-6%	-8%	-12%
Valor adicionado líquido produzido	60%	52%	53%	64%	41%	48%
Valor adicionado recebido em transferência	2%	3%	4%	2%	5%	1%
Valor adicionado total a distribuir	62%	55%	57%	65%	46%	48%
Valor adicionado a distribuir	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Pessoal	56%	42%	26%	36%	27%	11%
Impostos, taxas e contribuições	24%	26%	26%	25%	27%	3%
Remuneração de capitais de terceiros	19%	16%	21%	12%	55%	65%
Remuneração de capitais próprios	1%	16%	27%	27%	-9%	21%

Fonte: Dados da pesquisa

ANEXOS



Companhia Catarinense de Águas e Saneamento



Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.895	107.464
---	-------	---------

CIA. CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO – CASAN
CNPJ Nº 82.508.433/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em milhares de reais	
	31/12/2016	31/12/2015
1- RECEITAS	997.258	854.633
1.1- Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.011.284	878.897
1.2- Outras receitas (despesas) operacionais	5.634	(5.530)
1.3- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.660)	(18.734)
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(346.558)	(311.871)
2.1- Custos dos produtos, das mercadorias e dos produtos vendidos	(133.012)	(120.362)
2.2- Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(198.646)	(176.419)
2.3- Outras despesas gerais	(14.900)	(15.090)
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)	650.700	542.762
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(68.929)	(64.790)
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 – 4)	581.771	477.972
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	20.477	24.951
6.1- Receitas financeiras	20.477	24.951
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	602.248	502.923
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	602.248	502.923
8.1- Pessoal		
8.1.1- Remuneração direta	205.556	176.032
8.1.2- Benefícios	44.540	42.709
8.1.3- FGTS	15.434	13.527
8.1.4- Plano demissão voluntária incentivada	2.265	2.413
8.2- Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1- Federais	159.393	134.983
8.2.2- Estaduais	1.645	1.958
8.2.3- Municipais	1	2
8.3- Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1- Juros	83.545	109.445
8.3.2- Outras		
8.3.2.1- Variações monetárias e cambiais	715	1.249
8.3.2.2- Multas e acréscimos moratórios	-	-
8.3.2.3- Outras despesas financeiras	60.779	9.669
8.4- Remuneração de capitais próprios		
8.4.1(Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	28.374	10.936

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS



Companhia Catarinense de Águas e Saneamento



Ajustes sistema comercial – Penha/Piçarras	-	-
Outros resultados abrangentes (ORA)	(19.321)	(2.727)
Ajuste da reavaliação patrimonial - Depreciação	88.170	-
Precatório da União da Fazenda	-	5.392
Outros ajustes	3	1.650
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	55.259	219.269
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(2.399)	4.406
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	7.301	2.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.902	7.301

CIA. CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO – CASAN
CNPJ Nº 82.508.433/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em milhares de reais	
	31/12/2018	31/12/2017
1- RECEITAS	1.163.311	1.104.273
1.1- Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.197.061	1.126.217
1.2- Outras receitas (despesas) operacionais	(5.902)	3.664
1.3- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.848)	(25.608)
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(375.280)	(338.770)
2.1- Custos dos produtos, das mercadorias e dos produtos vendidos	(144.441)	(122.074)
2.2- Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(222.018)	(209.284)
2.3- Outras despesas gerais	(8.821)	(7.412)
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)	788.031	765.503
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(81.791)	(74.822)
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 – 4)	706.240	690.681
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.924	26.508
6.1- Receitas financeiras	19.924	26.508
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	726.164	717.189
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	726.164	717.189
8.1- Pessoal		
8.1.1- Remuneração direta	197.586	223.155
8.1.2- Benefícios	50.690	63.978
8.1.3- FGTS	13.906	16.479
8.1.4- Plano demissão voluntária incentivada	346.712	184.080
8.2- Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1- Federais	87.225	158.477
8.2.2- Estaduais	798	1.287
8.2.3- Municipais	-	-
8.3- Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1- Juros	147.717	97.110
8.3.2- Outras		
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	424	795



Companhia Catarinense de Águas e Saneamento



8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	-	16
8.3.2.3. Outras despesas financeiras	331	290
8.4- Remuneração de capitais próprios		
8.4.1(Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	(119.225)	(28.478)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em milhares de reais		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Período	(119.225)	(28.478)	28.374
Outros Resultados Abrangentes	(19.321)	(2.727)	0
Resultado abrangente do Período	(138.546)	(31.205)	28.374

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e;
- i) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.



CIA. CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO – CASAN
CNPJ Nº 82.508.433/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro

	Em milhares de reais	
	31/12/2019	31/12/2018
1- RECEITAS	1.209.976	1.163.311
1.1- Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.239.630	1.197.061
1.2- Outras receitas (despesas) operacionais	(6.270)	(5.902)
1.3- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.384)	(27.848)
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(385.163)	(375.280)
2.1- Custos dos produtos, das mercadorias e dos produtos vendidos	(145.490)	(144.441)
2.2- Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(228.065)	(222.018)
2.3- Outras despesas gerais	(11.608)	(8.821)
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)	824.813	788.031
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(93.552)	(81.791)
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 – 4)	731.261	706.240
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.139	19.924
6.1- Receitas financeiras	19.139	19.924
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	750.400	726.164
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	750.400	726.164
8.1- Pessoal		
8.1.1- Remuneração direta	193.953	197.586
8.1.2- Benefícios	58.076	50.690
8.1.3- FGTS	14.597	13.906
8.1.4- Plano demissão voluntária incentivada	28.351	346.712
8.2- Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1- Federais	225.687	87.225
8.2.2- Estaduais	131	798
8.2.3- Municipais	22	-
8.3- Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1- Juros	109.802	147.717
8.3.2- Outras		
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	(29)	424
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	-	-
8.3.2.3. Outras despesas financeiras	124	331
8.4- Remuneração de capitais próprios		
8.4.2 Dividendos	31.025	
8.4.3 (Prejuízo) do exercício/Lucros retidos	88.661	(119.225)

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
RECEITA BRUTA	4.411.679	4.205.699	4.441.358	4.258.728
Prestação de serviços de água e esgoto	4.015.006	3.464.926	4.042.166	3.491.387
Outras receitas	190.283	196.606	195.687	226.679
Outras receitas operacionais	111.777	137.159	115.507	165.792
Recuperação de contas baixadas	78.506	59.447	80.180	60.887
Receitas relativas a construção de ativos	364.668	666.532	364.668	666.532
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(158.278)	(122.365)	(161.163)	(125.870)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.544.491)	(1.761.310)	(1.565.329)	(1.797.987)
Custo dos serviços prestados	(1.246.146)	(1.464.253)	(1.259.079)	(1.478.218)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(128.995)	(138.490)	(131.947)	(141.603)
Outras despesas operacionais	(169.350)	(158.567)	(174.303)	(178.166)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.867.188	2.444.389	2.876.029	2.460.741
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(596.745)	(548.593)	(596.782)	(549.710)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	2.270.443	1.895.796	2.279.247	1.911.031
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	203.864	123.531	211.373	124.986
Resultado de equivalência patrimonial	(4.667)	(901)	-	-
Receitas financeiras	208.531	124.432	211.373	124.986
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.474.307	2.019.327	2.490.620	2.036.017
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.474.307	2.019.327	2.490.620	2.036.017
Pessoal	965.035	1.139.829	975.758	1.150.423
Remuneração direta	614.094	685.654	622.411	693.807
Benefícios	268.849	334.619	270.521	336.455
FGTS	54.919	119.556	55.653	120.161
Participação dos empregados nos lucros	27.173	-	27.173	-
Impostos, taxas e contribuições	649.937	419.535	655.298	425.291
Federais	613.086	387.522	617.443	392.139
Estaduais	35.020	30.885	36.014	31.966
Municipais	1.831	1.128	1.841	1.186
Remuneração de capitais de terceiros	425.174	471.555	425.403	471.895
Juros e atualização monetária	402.555	463.680	402.690	463.923
Aluguéis	22.619	7.875	22.713	7.972
Remuneração de capitais próprios	434.161	(11.592)	434.161	(11.592)
Juros sobre o capital próprio	119.875	8.152	119.875	8.152
Lucros (prejuízos) retidos	314.286	(19.744)	314.286	(19.744)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
RECEITAS	5.036.518	4.757.305	5.106.772	4.785.277
Prestação de serviços de água e esgoto	4.593.750	4.405.117	4.623.568	4.433.472
Resíduos sólidos	2.510	399	2.510	399
Outras receitas	196.135	247.796	198.484	250.252
Outras receitas operacionais	50.914	169.863	51.171	170.518
Recuperação de contas baixadas	145.221	77.933	147.313	79.734
Receitas relativas à constituição de ativos próprios	496.891	302.663	538.112	302.663
Provisão para créditos de liquidação duvidosa / reversão	(252.768)	(198.670)	(255.902)	(201.509)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.735.007)	(1.600.249)	(1.798.644)	(1.619.530)
Custo dos serviços vendidos	(1.499.411)	(1.273.592)	(1.558.487)	(1.289.196)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(137.240)	(141.174)	(140.204)	(144.424)
Outras despesas operacionais	(98.356)	(185.483)	(99.953)	(185.910)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.301.511	3.157.056	3.308.128	3.165.747
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(567.988)	(563.996)	(568.409)	(563.996)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	2.733.523	2.593.060	2.739.719	2.601.751
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	108.691	131.133	122.933	140.933
Resultado de equivalência patrimonial	(12.998)	(7.406)	-	-
Receitas financeiras	121.689	138.539	122.933	140.933
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.842.214	2.724.193	2.862.652	2.742.684
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.842.214	2.724.193	2.862.652	2.742.684
Pessoal	1.123.539	1.058.808	1.138.671	1.071.999
Remuneração direta	698.531	676.427	709.069	686.204
Benefícios	330.288	291.285	334.115	294.007
FGTS	57.807	55.860	58.574	56.552
Participação dos empregados nos lucros	36.913	35.236	36.913	35.236
Impostos, taxas e contribuições	731.086	738.243	736.169	743.284
Federais	690.590	697.806	695.020	702.174
Estaduais	38.246	38.168	38.897	38.835
Municipais	2.250	2.269	2.252	2.275
Remuneração de capitais de terceiros	408.889	366.704	409.112	366.963
Juros e atualização monetária	344.134	332.002	344.135	332.016
Aluguéis	50.400	34.702	50.622	34.947
Outras	14.355	-	14.355	-
Remuneração de capitais próprios	578.700	560.438	578.700	560.438
Juros sobre o capital próprio	274.883	154.243	274.883	154.243
Lucro retido	303.817	406.195	303.817	406.195

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
RECEITAS	5.491.009	5.036.518	5.559.309	5.106.772
Prestação de serviços de água e esgoto	5.162.436	4.993.750	5.198.511	4.623.568
Resíduos sólidos	2.213	2.510	2.213	2.510
Outras receitas	105.917	196.135	109.083	198.484
Outras receitas operacionais	49.142	50.914	50.626	51.171
Recuperação de contas baixadas	56.775	145.221	58.457	147.313
Receitas relativas à constituição de ativos próprios	408.079	496.891	439.203	538.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa / reversão	(187.636)	(252.768)	(189.701)	(255.902)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.769.823)	(1.735.007)	(1.827.726)	(1.798.644)
Custo dos serviços vendidos	(1.469.370)	(1.499.411)	(1.522.155)	(1.558.487)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(125.209)	(137.240)	(128.911)	(140.204)
Outras despesas operacionais	(175.244)	(98.356)	(176.660)	(99.953)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.721.186	3.301.511	3.731.583	3.308.128
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(600.613)	(567.988)	(603.081)	(568.409)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	3.120.573	2.733.523	3.128.502	2.739.719
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	107.968	108.691	121.837	122.933
Resultado de equivalência patrimonial	(12.772)	(12.998)	-	-
Receitas financeiras	120.740	121.689	121.837	122.933
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.228.541	2.842.214	3.250.339	2.862.652
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.228.541	2.842.214	3.250.339	2.862.652
Pessoal	1.219.543	1.123.539	1.235.464	1.138.671
Remuneração direta	777.579	698.531	788.619	709.069
Benefícios	334.401	330.288	338.505	334.115
FGTS	59.664	57.807	60.441	58.574
Participação dos empregados nos lucros	47.899	36.913	47.899	36.913
Impostos, taxas e contribuições	929.267	731.086	934.907	736.169
Federais	884.521	690.590	889.426	695.020
Estaduais	42.506	38.246	43.241	38.897
Municipais	2.240	2.250	2.240	2.252
Remuneração de capitais de terceiros	325.357	408.889	325.594	409.112
Juros e atualização monetária	300.072	344.134	300.079	344.135
Aluguéis	25.285	50.400	25.515	50.622
Outras	-	14.355	-	14.355
Remuneração de capitais próprios	754.374	578.700	754.374	578.700
Juros sobre o capital próprio	210.587	274.883	210.587	274.883
Lucro retido	543.787	303.817	543.787	303.817

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Demonstrações dos Valores Adicionados para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais**

	Nota	2016	2015
Receitas			
Operacionais	26 (a)	11.122.232	8.946.825
Outras receitas		76.396	212.714
Construção de ativos	14 (c)	3.732.877	3.336.716
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9 (c)	(90.488)	(2.420)
		<u>14.841.017</u>	<u>12.493.835</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos operacionais e de construção		(5.175.741)	(4.875.987)
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros		(953.988)	(491.043)
Outras despesas operacionais	29	(57.848)	(47.085)
		<u>(6.187.577)</u>	<u>(5.414.115)</u>
Valor adicionado bruto		<u>8.653.440</u>	<u>7.079.720</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	27	(1.146.626)	(1.074.032)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>7.506.814</u>	<u>6.005.688</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	12	4.740	2.597
Receitas financeiras		472.616	403.956
Reembolso GESP – benefícios pagos		-	696.283
		<u>477.356</u>	<u>1.102.836</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>7.984.170</u>	<u>7.108.524</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		1.453.491	1.326.693
Benefícios		351.464	577.414
FGTS		178.915	124.914
		<u>1.983.870</u>	<u>2.029.021</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.393.168	1.033.041
Estaduais		82.216	75.689
Municipais		39.473	31.070
		<u>2.514.857</u>	<u>1.139.800</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, variações cambiais e monetárias		450.377	3.319.014
Aluguéis		87.968	84.410
		<u>538.345</u>	<u>3.403.424</u>
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	22 (c)	699.936	127.366
Lucros retidos		2.247.162	408.913
		<u>2.947.098</u>	<u>536.279</u>
Valor adicionado distribuído		<u>7.984.170</u>	<u>7.108.524</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

F-77

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Demonstrações dos Valores Adicionados para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais**

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas			
Operacionais	28 (a)	14.253.609	12.223.746
Outras receitas		104.183	91.848
Construção de ativos	26	2.802.670	3.150.877
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9 (c)	<u>(166.727)</u>	<u>(82.681)</u>
		<u>16.993.735</u>	<u>15.383.790</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos operacionais e de construção		(4.829.235)	(4.614.842)
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros		(964.892)	(977.070)
Outras despesas operacionais		<u>(64.518)</u>	<u>(81.089)</u>
		<u>(5.858.645)</u>	<u>(5.673.001)</u>
Valor adicionado bruto		<u>11.135.090</u>	<u>9.710.789</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	29	<u>(1.392.541)</u>	<u>(1.301.897)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>9.742.549</u>	<u>8.408.892</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	12	6.510	5.760
Receitas financeiras		<u>482.230</u>	<u>342.946</u>
		<u>488.740</u>	<u>348.706</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>10.231.289</u>	<u>8.757.598</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		1.739.816	1.562.673
Benefícios		670.441	616.570
FGTS		<u>22.799</u>	<u>220.591</u>
		<u>2.433.056</u>	<u>2.399.834</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.475.774	2.187.016
Estaduais		142.245	98.951
Municipais		<u>48.809</u>	<u>42.716</u>
		<u>2.666.828</u>	<u>2.328.683</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, variações cambiais e monetárias		2.212.992	1.433.688
Aluguéis		<u>83.345</u>	<u>76.083</u>
		<u>2.296.337</u>	<u>1.509.771</u>
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	24 (c)	673.328	598.336
Lucros retidos		<u>2.161.740</u>	<u>1.920.974</u>
		<u>2.835.068</u>	<u>2.519.310</u>
Valor adicionado distribuído		<u>10.231.289</u>	<u>8.757.598</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Demonstrações dos Valores Adicionados para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais**

	Nota	2019	2018
Receitas			
Operacionais	27 (a)	16.134.032	14.253.609
Outras receitas		84.047	104.183
Construção de ativos	27 (b)	2.946.566	2.802.670
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9 (c)	<u>(128.099)</u>	<u>(166.727)</u>
		<u>19.036.546</u>	<u>16.993.735</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos operacionais e de construção		(5.809.128)	(4.829.235)
Materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros		(1.215.923)	(964.892)
Outras despesas operacionais	30	<u>(94.415)</u>	<u>(64.518)</u>
		<u>(7.119.466)</u>	<u>(5.858.645)</u>
Valor adicionado bruto		<u>11.917.080</u>	<u>11.135.090</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	28	<u>(1.780.094)</u>	<u>(1.392.541)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>10.136.986</u>	<u>9.742.549</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	11	3.701	6.510
Receitas financeiras		<u>393.733</u>	<u>482.230</u>
		<u>397.434</u>	<u>488.740</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>10.534.420</u>	<u>10.231.289</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		1.694.193	1.739.816
Benefícios		737.457	670.441
FGTS		<u>5.139</u>	<u>22.799</u>
		<u>2.436.789</u>	<u>2.433.056</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.842.525	2.475.774
Estaduais		132.074	142.245
Municipais		<u>62.420</u>	<u>48.809</u>
		<u>3.037.019</u>	<u>2.666.828</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, variações cambiais e monetárias		1.640.637	2.212.992
Aluguéis		<u>52.458</u>	<u>83.345</u>
		<u>1.693.095</u>	<u>2.296.337</u>
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	23 (c)	799.785	673.328
Lucros retidos		<u>2.567.732</u>	<u>2.161.740</u>
		<u>3.367.517</u>	<u>2.835.068</u>
Valor adicionado distribuído		<u>10.534.420</u>	<u>10.231.289</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>%</u>	<u>2015</u>	<u>%</u>
Receitas				
Vendas de Produtos e Serviços	3.741.006		3.183.352	
Outros Resultados	(11.197)		(8.211)	
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(21.775)		(2.346)	
	<u>3.708.034</u>		<u>3.172.795</u>	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Produtos Químicos Consumidos	(73.173)		(68.117)	
Materiais Consumidos	(66.626)		(61.024)	
Energia Elétrica	(385.599)		(390.862)	
Outros Custos de Produtos e Serviços	(347.222)		(314.391)	
Serviços de Terceiros Contratados	(161.326)		(150.748)	
Outras Despesas Operacionais	(98.219)		(53.669)	
	<u>(1.132.165)</u>		<u>(1.038.811)</u>	
Valor Adicionado Bruto	<u>2.575.869</u>		<u>2.133.984</u>	
Depreciações e Amortizações	(217.111)		(194.194)	
Valor Adicionado Líquido	<u>2.358.758</u>		<u>1.939.790</u>	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.361)		(1.688)	
Receitas Financeiras	80.526		51.999	
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>2.435.923</u>		<u>1.990.101</u>	
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados e Administradores				
Salários e Encargos	787.199	32,3	710.739	35,7
Honorários da Diretoria e Conselhos	9.141	0,4	8.346	0,4
Programa de Participação nos Resultados	53.123	2,2	40.947	2,1
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	83.217	3,4	75.477	3,8
	<u>932.680</u>	<u>38,3</u>	<u>835.509</u>	<u>42,0</u>
Governos				
Tributos Federais	583.898	24,0	463.487	23,3
Tributos Estaduais	458	0,0	498	0,0
Tributos Municipais	1.924	0,1	1.852	0,1
	<u>586.280</u>	<u>24,1</u>	<u>465.837</u>	<u>23,4</u>
Financiadores				
Aluguéis	45.309	1,9	38.838	1,9
Juros e Variações Monetárias	244.807	10,0	211.473	10,6
	<u>290.116</u>	<u>11,9</u>	<u>250.311</u>	<u>12,5</u>
Acionistas				
Juros sobre o Capital Próprio	293.404	12,0	204.396	10,3
Dividendos	4.181	0,2	3.507	0,2
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	<u>329.262</u>	<u>13,5</u>	<u>230.541</u>	<u>11,6</u>
Total	<u>2.435.923</u>	<u>100,0</u>	<u>1.990.101</u>	<u>100,0</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas		
Vendas de Serviços Prestados	4.479.581	4.166.955
Outros Resultados	(32.726)	(69.335)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(7.747)	(28.800)
	4.439.108	4.068.820
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Produtos Químicos Consumidos	(79.718)	(83.190)
Materiais Consumidos	(72.278)	(74.777)
Energia Elétrica	(425.536)	(379.440)
Outros Custos de Produtos e Serviços	(434.673)	(377.557)
Serviços de Terceiros Contratados	(209.281)	(188.169)
Outras Despesas Operacionais	(25.631)	(88.345)
	(1.247.117)	(1.191.478)
Valor Adicionado Bruto	3.191.991	2.877.342
Depreciações e Amortizações	(271.387)	(247.282)
Valor Adicionado Líquido	2.920.604	2.630.060
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.829)	(1.791)
Receitas Financeiras	59.353	91.882
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.976.128	2.720.151
Distribuição do Valor Adicionado		
Empregados e Administradores		
Salários e Encargos Sociais	768.835	806.668
Remuneração da Diretoria e Agentes de Governança	9.836	9.936
Programa de Participação nos Resultados	134.246	69.681
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	96.643	90.807
	1.009.560	977.092
Governos		
Tributos Federais	756.449	692.523
Tributos Estaduais	510	373
Tributos Municipais	2.342	2.063
	759.301	694.959
Financiadores		
Aluguéis	49.788	47.879
Juros e Variações Monetárias	264.992	314.049
	314.780	361.928
Acionistas		
Juros sobre o Capital Próprio	326.114	319.105
Dividendos	97.700	6.528
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	468.673	360.539
Total	2.976.128	2.720.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Vendas de Serviços Prestados	5.078.127	4.479.581
Outros Resultados	(57.612)	(32.726)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(20.850)	(7.747)
	<u>4.999.665</u>	<u>4.439.108</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Produtos Químicos Consumidos	(121.097)	(79.718)
Materiais Consumidos	(82.946)	(72.278)
Energia Elétrica	(474.455)	(425.536)
Outros Custos de Produtos e Serviços	(467.788)	(434.673)
Serviços de Terceiros Contratados	(232.630)	(209.281)
Outras Despesas Operacionais	(103.912)	(25.631)
	<u>(1.482.828)</u>	<u>(1.247.117)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>3.516.837</u>	<u>3.191.991</u>
Depreciações e Amortizações	(337.442)	(271.387)
Valor Adicionado Líquido	<u>3.179.395</u>	<u>2.920.604</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.658)	(3.829)
Receitas Financeiras	65.516	59.353
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>3.239.253</u>	<u>2.976.128</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Empregados e Administradores		
Salários e Encargos Sociais	813.574	768.835
Remuneração da Diretoria e Agentes de Governança	9.114	9.836
Programa de Participação nos Resultados	76.627	134.246
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	102.835	96.643
	<u>1.002.150</u>	<u>1.009.560</u>
Governos		
Tributos Federais	903.862	756.449
Tributos Estaduais	443	510
Tributos Municipais	2.369	2.342
	<u>906.674</u>	<u>759.301</u>
Financiadores		
Aluguéis	4.478	49.788
Juros e Variações Monetárias	245.917	264.992
	<u>250.395</u>	<u>314.780</u>
Acionistas		
Juros sobre o Capital Próprio	330.411	326.114
Dividendos	-	97.700
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	749.623	468.673
Total	<u>3.239.253</u>	<u>2.976.128</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Iguá Saneamento S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

Iguá Saneamento S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receitas	513.609	481.993	17.617	16.444
Serviços prestados	533.879	514.645	17.617	16.444
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.270)	(32.652)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros (inclui PIS e COFINS)	276.614	238.693	19.006	5.934
Custos dos serviços prestados	192.643	198.905	528	408
Perda/recuperação de valores ativos	31.273	1.655	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	52.698	38.133	18.478	5.526
Valor adicionado bruto	236.995	243.300	(1.389)	10.510
Depreciação e amortização	(45.876)	(42.164)	(1.051)	(89)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	191.119	201.136	(2.440)	10.421
Resultado de equivalência patrimonial	(6.858)	3.480	(43.881)	(17.782)
Receitas financeiras	33.275	27.996	14.023	13.832
Outras receitas (despesas) líquidas	(3.553)	(1.242)	(1.667)	(1.706)
Valor adicionado total a distribuir	213.983	231.370	(33.965)	4.765
Pessoal	70.701	71.351	6.279	14.545
Remuneração direta	49.569	56.684	3.337	11.092
Benefícios	17.649	10.420	2.706	3.047
FGTS	3.483	4.247	236	406
Impostos, taxas e contribuições	43.152	63.366	8.469	22.434
Federais	42.435	60.693	7.592	21.612
Estaduais	45	63	-	-
Municipais	672	2.610	877	822
Remuneração de capitais de terceiros	183.984	163.647	25.809	31.280
Juros	171.713	153.920	24.856	30.489
Aluguéis	1.402	1.087	903	655
Outras	10.869	8.640	50	136
Remuneração de capitais próprios	(83.854)	(66.994)	(74.522)	(63.494)
Resultado do período atribuível aos controladores	(74.522)	(63.494)	(74.522)	(63.494)
Participação dos não-controladores no resultado	(9.332)	(3.500)	-	-
Valor adicionado total distribuído	213.983	231.370	(33.965)	4.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Saneamento S.A

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas	14.603	17.314	797.709	631.215
Serviços prestados	14.603	17.314	801.767	631.810
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.058)	(595)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui PIS e COFINS)	24.885	22.696	434.901	250.981
Custos dos serviços prestados	-	-	360.136	216.556
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	-	(31.685)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	24.885	22.696	74.765	66.110
Valor adicionado bruto	(10.282)	(5.382)	362.808	380.234
Depreciação e amortização	(1.084)	(1.134)	(51.144)	(49.093)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(11.366)	(6.516)	311.664	331.141
Resultado de equivalência patrimonial	54.454	71.566	(788)	14.347
Receitas financeiras	4.573	7.735	22.034	27.814
Outras receitas (despesas) líquidas	948	(5)	813	45
Valor adicionado total a distribuir	48.609	72.780	333.723	373.347
Pessoal	17.264	22.290	80.248	90.103
Remuneração direta	8.639	14.228	53.003	65.745
Benefícios	7.658	8.003	22.662	20.949
FGTS	967	59	4.583	3.409
Impostos, taxas e contribuições	4.184	3.760	94.604	107.104
Federais	3.434	2.856	93.031	105.085
Estaduais	-	-	58	50
Municipais	750	904	1.515	1.969
Remuneração de capitais de terceiros	10.842	18.648	141.102	145.887
Juros	4.966	17.431	111.391	131.445
Aluguéis	726	932	1.305	1.490
Outras	5.150	285	28.406	12.952
Remuneração de capitais próprios	16.319	28.082	17.769	30.253
Resultado do período atribuível aos controladores	16.319	28.082	16.319	28.082
Participação dos não-controladores no resultado	-	-	1.450	2.171
Valor adicionado total distribuído	48.609	72.780	333.723	373.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Iguá Saneamento S.A

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findos em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	3.263	14.603	961.911	797.709
Serviços prestados	3.263	14.603	960.084	801.767
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.827	(4.058)
Insumos adquiridos de terceiros	28.205	24.885	560.095	434.901
Custos dos serviços prestados	-	-	495.395	360.136
Perda de valores ativos	-	-	1.863	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	28.205	24.885	62.837	74.765
Valor adicionado bruto	(24.942)	(10.282)	401.816	362.808
Depreciação e amortização	(1.668)	(1.084)	(62.518)	(51.144)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(26.610)	(11.366)	339.298	311.664
Resultado de equivalência patrimonial	91.100	54.454	13.631	(788)
Receitas financeiras	5.009	4.573	31.003	22.034
Outras receitas (despesas) líquidas	81	948	(1.103)	813
Valor adicionado total a distribuir	69.580	48.609	382.829	333.723
Pessoal	4.893	17.264	89.758	80.248
Remuneração direta	1.697	8.639	65.670	53.003
Benefícios	2.578	7.658	20.493	22.662
FGTS	618	967	3.595	4.583
Impostos, taxas e contribuições	5.151	4.184	108.306	94.604
Federais	4.990	3.434	107.618	93.031
Estaduais	-	-	42	58
Municipais	161	750	646	1.515
Remuneração de capitais de terceiros	17.223	10.842	140.041	141.102
Juros	12.851	4.966	118.302	111.391
Aluguéis	845	726	1.330	1.305
Outras	3.527	5.150	20.409	28.406
Remuneração de capitais próprios	42.313	16.319	44.724	17.769
Resultado do período atribuível aos controladores	42.313	16.319	42.313	16.319
Participação dos não-controladores no resultado	-	-	2.411	1.450
Valor adicionado total distribuído	69.580	48.609	382.829	333.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas	24.920	24.548
Receitas de prestação de serviços	24.866	25.075
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	53	(527)
Insumos adquiridos de terceiros	(10.669)	(11.408)
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(10.669)	(11.408)
Valor adicionado bruto	14.251	13.140
Depreciação e amortização	(2.782)	(2.460)
Valor adicionado líquido produzido	11.469	10.680
Valor adicionado recebido em transferência	28	478
Receitas financeiras	28	478
Valor adicionado total a distribuir	11.497	11.158
Distribuição do valor adicionado	11.497	11.158
Pessoal	1.148	1.430
Remuneração direta e benefícios	1.148	1.430
Impostos, taxas e contribuições	1.711	1.596
Impostos, taxas e contribuições	1.711	1.596
Remuneração de capitais de terceiros	8.638	8.133
Juros	8.590	10.722
Aluguéis	107	465
Outras	-	(53)
Prejuízo do exercício	(59)	(3.001)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em Reais - R\$)

	2017	2016
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23.290	24.866
Receitas referente à construção de ativos próprios	55	-
Provisão/Reversão de créditos liquidação duvidosa	357	54
	23.702	24.920
Insumos adquiridos de terceiros		
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	(4.340)	(6.323)
Produtos químicos consumidos	(53)	(37)
Custos de construção	(55)	(4.309)
Outras despesas operacionais	(3.825)	-
	(8.273)	(10.669)
Valor adicionado bruto	15.429	14.251
Retenções		
Depreciações e amortizações	(3.235)	(2.782)
	(3.235)	(2.782)
Valor adicionado líquido produzido	12.194	11.469
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	97	28
Valor adicionado total a distribuir	12.291	11.497
Distribuição de valor adicionado		
Pessoal e encargos	1.195	1.148
Impostos, taxas e contribuições	(6.704)	1.711
Remuneração de capitais de terceiros	3.423	8.697
Remuneração de capitais próprios	14.377	(59)
	12.291	11.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	25.191	26.610
Receitas de prestação de serviços	25.143	24.694
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	42	1.845
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	71
Insumos adquiridos de terceiros	(9.623)	(10.313)
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(9.623)	(10.313)
Valor adicionado bruto	15.568	16.297
Depreciação e amortização	(3.420)	(3.244)
Valor adicionado líquido produzido	12.148	13.053
Valor adicionado recebido em transferência	4	6
Receitas financeiras	4	6
Valor adicionado total a distribuir	12.152	13.059
Distribuição do valor adicionado	12.152	13.059
Pessoal	1.588	1.359
Remuneração direta e benefícios	1.588	1.359
Impostos, taxas e contribuições	2.308	2.565
Impostos, taxas e contribuições	2.308	2.565
Remuneração de capitais de terceiros	8.256	9.135
Juros	7.291	8.041
Aluguéis	79	105
Lucro líquido do exercício	886	989

